

2017

PRESTAÇÃO DE CONTAS

- RELATÓRIO DE GESTÃO 2017
- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- REGULAMENTOS





● RELATÓRIO DE GESTÃO 2017



ÍNDICE

ENQUADRAMENTO E ANÁLISE DA ATIVIDADE MUNICIPAL

1 - Anexos às demonstrações financeiras

1.1 - Identificação município

1.2 - Legislação (constituição orgânica e funcionamento)

1.3 - Estrutura organizacional efetiva

1.4 - Descrição das atividades

Nível execução PPI

Nível execução PA

1.5 – Gestão de Pessoal

Estrutura

Evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo

Média de idades e distribuição por género

Habilitações literárias

Estrutura profissional

Formação

1.6 - Organização contabilística

Outros elementos da conta

1.7 - Acréscimos e diferimentos

1.8 – Modificações Orçamentais

1.9 - Outras informações relevantes

2 – Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

2.1 - Derrogações

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

2.3 - Critérios valorimétricos utilizados

2.4 - Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira

2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado

2.6 - Comentário às contas

2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Quadro Ativo Bruto

2.8 - Descrição do ativo imobilizado

Amortizações do exercício e acumuladas

2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações e que tenham sido capitalizadas nesse período

2.10 - Diplomas legais nos termos em que se baseou a realização dos bens de imobilizado

2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações

2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso

2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira

2.14 - Bens de imobilizado

2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização

2.16 - Entidades participadas

Entidades societárias

Entidades não societárias

- 2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»
- 2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.
- 2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado
- 2.20 - Atribuição de valor inferior – Ativo circulante
- 2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.
- 2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros.
- 2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local.
- 2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem
- 2.25 - Dívidas ao Estado em situação de mora
- 2.26 - Garantias e caucões prestadas
- 2.27 - Provisões acumuladas
- 2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço
- 2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas
- 2.30 - Demonstrações das variações de produção
- 2.31 - Demonstração de Resultados
- 2.32 - Demonstração de Resultados Financeiros
- 2.33 - Demonstração de Resultados Extraordinários

3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

- 3.1 - Evolução do orçamento
- 3.2 - Análise geral
- 3.3 – Receita
- 3.4 - Receitas correntes
- 3.5 - Receitas de capital
- 3.6 – Despesa
- 3.7 - Despesas correntes
- 3.8 - Despesas de capital
- 3.9 - Plano Plurianual de investimentos
- 3.10 - Contratação Administrativa
- 3.11 - Transferências e subsídios
- 3.12 - Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável
- 3.13 - Endividamento líquido
- 3.14 - Pagamentos em atraso

4 – Evolução da situação Financeira e Económica

- 4.1 - Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

5 - Aplicação de Resultados

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REGULAMENTOS

ENQUADRAMENTO E ANÁLISE DA ATIVIDADE MUNICIPAL



Novo Edifício da Oficina da Criança

O Executivo Municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** relativos à Gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2017.

O ano de 2017 foi marcado por uma nova fase da vida política nacional. O Orçamento de Estado para 2017 consolidou uma nova fase, iniciada com as eleições de outubro de 2015 e a consequente solução governativa encontrada, que veio criar condições para a recuperação de alguns rendimentos, contrariando anos e anos de empobrecimento e exploração. Regista-se a tímida reversão das políticas de austeridade, com a reposição de direitos e conquistas sociais e uma perspetiva de crescimento económico e incremento do investimento público, que são, contudo, ainda manifestamente insuficientes face às marcas presentes na vida, na sociedade e nas empresas da retirada de direitos, da perda de poder de compra, do agravamento da carga fiscal e da redução de investimento público.

Embora aquém do desejável é de assinalar positivamente o alargamento da gratuitidade dos manuais escolares, o reforço da ação social escolar, o aumento de algumas prestações sociais, a reposição da contratação coletiva, o aumento das pensões e reformas, o descongelamento do subsídio de refeição e o aumento do seu valor na administração pública.

A nível das autarquias locais importa assinalar algumas medidas positivas, nomeadamente o aumento do montante a transferir para os municípios em 2,9 % (ainda abaixo do estabelecido pela Lei das Finanças Locais), a eliminação da verba FEF destinada para a DGAL, o alargamento das possibilidades de recurso a operações de substituição de dívida ou o reforço de competências municipais para isenções totais ou parciais de impostos que são receitas municipais. Contudo, a nível da valorização do Poder Local Democrático, fica por eliminar a comparticipação dos municípios para o Fundo de Apoio Municipal, fica por baixar o IVA para 6% nos transportes escolares e iluminação pública.

Pese embora melhor que os Orçamentos anteriores a 2015, o Orçamento para 2017 teve ainda muitas limitações que resultaram das opções políticas do Governo, mas abriu a possibilidade de interromper aspetos da ofensiva que estava em curso e concretizar medidas pelas quais os trabalhadores muito lutaram. A insuficiência das medidas e as limitações do seu alcance marcaram o ano de 2017 no concelho de Montemor-o-Novo.

Na análise da situação económica e social, mantém-se a relevância das informações que constam do Referencial de Coesão Social (2014), que posiciona o Concelho no grupo de 38 concelhos que registam menores graus de incidência de fatores centrais de exclusão (desemprego, baixas habilitações escolares, dependência de prestações sociais, endividamento e melhores rendimentos), relevando alguns indicadores favoráveis a este posicionamento relativo, nomeadamente:

- Montemor-o-Novo é o Concelho do Alentejo Central com menos proporção de pessoas em famílias com 2 ativos e em que ambos estão desempregados e, também, com menor peso do desemprego jovem;
- Entre 2016 e 2017 assinala-se uma redução percentual do nº de inscritos no IEFP, no Concelho de Montemor-o-Novo, na ordem dos 25,76;
- Montemor está entre os cinco concelhos do Alentejo onde o peso dos beneficiários do rendimento social de inserção na população residente é mais baixo e está entre os três concelhos do Alentejo Central com menor proporção de beneficiários de abono de família no 1º escalão.

Do ponto de vista da gestão do Poder Local, 2017 caracterizou-se pela aplicação de um conjunto de medidas do Orçamento de Estado que interrompeu, apenas parcialmente, o ataque que o Poder Local vinha a sofrer nos últimos anos. Mantém-se contudo fortes limitações administrativas e financeiras a uma melhor resposta às populações, já assinaladas.

Neste contexto, a atividade municipal no ano de 2017, manteve-se condicionada pela **Lei de Finanças Locais (Lei nº 73/2013) que se caracteriza por uma redução na participação das autarquias nos impostos do Estado, consignação, cativação e retenção de receitas e alterações às regras do endividamento municipal e pelos Constrangimentos provocados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), que pese embora as alterações ulteriormente aprovadas nesta matéria continua a limitar e condicionar o planeamento e a concretização de investimentos no concelho**

Em 2017, no contexto já descrito, a Câmara Municipal manteve o equilíbrio das contas, no quadro de uma gestão de recursos escassos, garantindo um bom nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objetivos traçados, no quadro dum projeto político de continuidade de construção de um Concelho mais Desenvolvido, mais Participado, com mais Qualidade de Vida.

Destacam-se as seguintes ações e investimentos:

- **Inauguração das novas instalações da Oficina da Criança**
- **II Semana da Bolota- Programa “Ao Sabor das Estações”**
- **Conclusão dos projetos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano**
- **Início da intervenção faseada da rede de distribuição de água no Ciborro e Cortiçadas de Lavre**

Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder aos principais problemas da população do concelho. Mantivemos a luta contra a extinção de freguesias, em defesa do Serviço Nacional de Saúde. Dinamizamos o movimento Amalentejo, afirmando a importância do reforço do Poder Local no Alentejo, através da criação da Comunidade Regional do Alentejo.

É importante referir e sublinhar que pese embora as dificuldades e constrangimentos, Montemor-o-Novo manteve uma atividade económica, social e cultural que tem contribuído para, na medida do possível, contrariar e minimizar o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias identificadas.

O presente Relatório de Gestão traduz, de forma sucinta, a execução das Grandes Opções do Plano, as opções programáticas aprovadas no programa eleitoral sufragado pelos montemorenses no mandato 2013-2017, e reafirmado para o mandato 2017-2021 pelos resultados das eleições autárquicas de 1 de outubro, bem como a execução orçamental, na continuidade do trabalho desenvolvido nos mandatos anteriores.



Reunião de Câmara

Foram grandes objetivos:

- **Promover a democracia participada** – permanente política de proximidade com as populações, pela auscultação não institucional, assegurada por diversas ações como encontros e atendimentos à população, debate sobre questões de interesse local, plenários e reuniões diversas, apresentação e consulta pública de projetos e estratégias de desenvolvimento, a denuncia da contrarreforma para a liquidação do Poder Local Democrático pugnando pela defesa dos serviços públicos contra o encerramento e as privatizações, a defesa da regionalização, da descentralização local, a **defesa das freguesias e a reafirmação da exigência da reposição das 10 freguesias do Concelho**, respeitando a vontade expressa das populações e rejeição da legislação atentatória ao poder local democrático e da

institucionalização das regiões administrativas. **Deram-se início aos trabalhos do Conselho Municipal de Juventude.**

Mantivemos a **política de descentralização de competências**, assegurando que, pese embora o acréscimo de competências diretas, as freguesias do Concelho têm meios e recursos disponíveis para intervenção e resposta às populações. Os acordos de cooperação foram limitados, sobretudo pelos constrangimentos financeiros. Ainda assim, cumprimos a orientação política estratégica de descentralização, cooperação e valorização das freguesias mantendo os contratos Interadministrativos que estabelecem a Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do concelho.

Concretizamos ainda outras formas de apoio e cooperação com as freguesias, nomeadamente:

- Apoio para Recuperação das Portas da Igreja de N.ª Sr.ª da Conceição, na Freguesia de Cabrela.
- Construção de Parque Sénior na Freguesia de Ciborro.
- Ajardinamento e Calçetagem no Jardim Miguel Torga, Freguesia de Foros de Vale De Figueira.
- Requalificação do Bar e Arrumos do Centro Cultural de Foros de Vale De Figueira.
- Requalificação da envolvente da Igreja, Freguesia de S. Cristóvão.
- Construção de passeio na Rua Miguel Bombarda na Freguesia de Santiago do Escoural.
- Aquisição de Equipamentos de Fitness no Jardim de Casa Branca, Freguesia de Santiago do Escoural.
- Obras de remodelação da sede da União de Freguesias de N.ª Sr.ª da Vila, N.ª Sr.ª do Bispo e Silveiras, Rua 5 de Outubro. nº 57.
- Aquisição e Instalação de Ar Condicionado na Escola Básica 2 - Conde Ferreira.
- Aquisição e Instalação de Cobertura Sevilhana na EB1 nº5.
- Fornecimento e Substituição da Cobertura do Pavilhão Multiusos das Fazendas do Cortiço.
- Pavimentação em Betuminoso da Zona Urbana de Ferro da Agulha, União de Freguesias de N.ª Sr.ª da Vila, N.ª Sr.ª do Bispo e Silveiras.
- Pavimentação de passeios na Rua Ary dos Santos, Silveiras, União de Freguesias de N.ª Sr.ª da Vila, N.ª Sr.ª do Bispo e Silveiras.

Procurámos concretizar também o fomento da dinâmica popular e da dinamização do movimento associativo através da manutenção dos apoios, da contratualização com instituições e da gestão participada de equipamentos.

- **Valorizar e defender o serviço público de qualidade** – O ano de 2017 ficou marcado pela continuidade da **intervenção ao nível das instalações municipais**, nomeadamente com a elaboração do projeto de execução das instalações sociais da ADUA e do caderno de encargos dos projetos de especialidade das instalações da EPAC

Embora com atraso, temos vindo a dar continuidade à **modernização das instalações dos serviços municipais**. Foi concluída a intervenção de remodelação das instalações municipais no Jardim Público e a criação de instalações municipais no novo edifício da Oficina da Criança para o Serviço de Parques e Jardins. Foram adquiridas novas viaturas e equipamentos, com destaque para os elétricos e procedeu-se à entrega dos novos fardamentos e EPI's. A concretização deste objetivo deu-se com a continuidade da modernização da Câmara em remodelações diversas, implementação do **programa de modernização da gestão municipal, promoção do município e da atividade municipal**, participação em projetos intermunicipais de desenvolvimento, bem como a preparação de programas e formação profissional dos trabalhadores.



Aquisição de Viaturas e entrega de fardamentos e equipamentos de proteção

Mantivemos o **trabalho na área do pessoal, da formação e da melhoria das condições de trabalho**, com contactos regulares com as estruturas representativas dos trabalhadores e o integral respeito pelos direitos dos trabalhadores como orientação política de fundo. Mantiveram-se, contudo, os constrangimentos aos investimentos nas instalações municipais. Na área da comunicação revela-se a gestão de conteúdos informativos nas redes sociais e outras plataformas de comunicação.

Em 2017, **teve continuidade o trabalho de Revisão da Carta Estratégica**, no quadro do Modelo de Intervenção Estratégica - Montemor-o-Novo 2025.

- **Apostar na dinamização, expansão e diversificação da economia** - O desenvolvimento económico e o emprego constituem uma prioridade estratégica permanente, na perspetiva da diversificação, expansão e dinamização da base económica.

Em 2017, mantivemos o **Programa Mor+ Economia - desenvolver, empreender e inovar** da qual destacamos as **visitas e contactos diretos com agentes económicos do setor agro alimentar, a promoção de ações de divulgação de programas e incentivos à atividade económica** e a criação de Rede de Empresas do Concelho, com a realização de dois Encontros da Rede de Empresas em parceria com o NERE.



Visitas a Empresas do Setor Agroalimentar

Foi dada continuidade à **implementação da Agenda 21 Local**, acompanhando as ações dos Apelos lançados aos cidadãos e aos trabalhadores, realizando ações do Plano de Ação Concelhio. A partir das prioridades definidas no Plano de Ação Concelhio foi iniciado o projeto SMEA – Semear em Montemor Estratégia Alimentar - processo de construção da estratégia alimentar do concelho de Montemor com a participação ativa da população e entidades. Foi dada continuidade ao programa **“Ao Sabor das Estações”**, **destacando-se a realização da 2ª semana da Bolota**, uma iniciativa promovida em parceria com a Herdade do Freixo do Meio, que pretende valorizar o ecossistema do Montado, as suas produções e a disseminação da utilização da bolota na gastronomia, configurando uma componente de promoção de Montemor-o-Novo dentro e fora da região.



II Semana da Bolota

Mantiveram-se as ações no âmbito do **Menu KM0** projeto desenvolvido em parceria, e que pretende promover os produtos alimentares produzidos no concelho, valorizando através da promoção da gastronomia esta herança e património histórico e antropológico de Montemor-o-Novo.

No âmbito do **Centro de Acolhimento às Micro Pequenas e Médias Empresas**, foi dinamizada a 3.ª edição do «Startup Castle», iniciativa que teve como foco a promoção de boas práticas e processos de trabalho de suporte à promoção do empreendedorismo e gestão empresarial. No final de 2017, o CAME apoiava um total de 14 projetos, 5 em regime de incubação virtual e 9 projetos em regime de incubação física, com uma taxa de ocupação total na ordem dos 88%

Manteve-se o projeto de **Hortas Comunitárias** nos Casais da Adua, em parceria com a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores. O **Programa de Promoção da Economia do Concelho** promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho, destacando-se a promoção do 14.º Festival de Sopas e da 14ª Feira do Pão e da Doçaria de Montemor-o-Novo. Os **Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico** assentaram em programas de iniciativa municipal, com o **Programa de Apoio à Atividade Económica**, que promoveu de forma integrada um conjunto de incentivos e apoio às atividades económicas (Encontro de Rede de Empresas do Alentejo Central - encontros de matching, entre outros).

No **Programa de Dinamização de Atividades**, mantivemos as iniciativas de promoção do mercado municipal, em parceria com a Rede de Cidadania bem como a aposta no turismo, na valorização dos nossos recursos. Destacamos aqui a programação dos Dias Tranquilos, a

participação na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, a dinamização da Rota do Fresco da Pintura Mural e da Rota do Montado do Alentejo em parceria com a SPIRA-Revitalização do Património e a dinamização de ações no âmbito da Grande Rota Nacional 2. Participamos em outras feiras e atividades promocionais, nomeadamente na TallShip, em Sines, na Feira de S. João, em Évora e na Bienal Ibérica de Património Cultural, em Amarante.

Realizamos mais uma edição da Feira da Luz/Expomor, com elevada participação de agentes económicos, culturais, associativos e da população, destacando-se a Exposição *Água de Montemor, Um bem Público a Defender!*



Feira da Luz/Expomor 2017

- **Assegurar um ordenamento do território equilibrado** - esta opção programática concretizou-se através da gestão urbanística, planeamento, apoio à recuperação e construção de habitação, qualificação urbana, rede viária, património edificado, apoio a iniciativas de particulares, gestão dos solos e da energia. Destacam-se alguns investimentos, arranjos e beneficiação de espaços exteriores, manutenção e beneficiação de espaços verdes.

O **Programa de Ordenamento do Território** e o **Programa de Planeamento Urbano** deram continuidade à Revisão do PDM. O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Manteve-se o apoio à recuperação de habitação através do Programa MorSolidário.

No **Programa de Reabilitação Urbana**, na sequência da aprovação das Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) na cidade (Castelo e Arrabalde, Avenida e Antigo Campo da Feira e São Pedro), deu-se continuidade à elaboração das ORU's (Operações de Reabilitação Urbana) que visam

estruturar as intervenções a efetuar no interior das ARU's, dando sequência à estratégia de reabilitação urbana aprovada.

No âmbito do **Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)**, instrumento criado no âmbito do Portugal 2020 para fundamentar a estratégia de intervenção na área da mobilidade, regeneração urbana e intervenção social nos centros urbanos estruturantes (cidade de Montemor-o-Novo), foram concluídos os seguintes projetos de execução:

- . Requalificação dos espaços exteriores, acessos, terreiros e estacionamento exterior do Castelo de Montemor-o-Novo;
- . Reabilitação do Mercado e envolvente;
- . Percursos livres de obstáculos;
- . Iniciativa Escola
- . Ruas de Aviz, das Escadinhas, Jardim Público e Rua da Olivença;
- . Ruas Teófilo Braga, Terreiro de S. João de Deus, Largo dos Paços do Concelho e Rua José Adelino dos Santos

Na **área da mobilidade, circulação e trânsito**, destaca-se a **elaboração do Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Regulamento de Sinalização de Trânsito**. Mantivemos a participação no Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central elaborado pela CIMAC.

No **Programa de Preservação do Património**, destacamos o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na plataforma Morbase, com a apresentação da versão 2.0 da Morbase com novos conteúdos onde se destaca o Museu Virtual e o projeto "Montemor à Mesa, bem como a apresentação do documentário "Gente que nunca mais existiu - O Megalitismo em Montemor-o-Novo". Destacamos também a apresentação do número 2 da segunda série da Revista Almansor.

Importa ainda referir a **aprovação da candidatura aos Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos da região de Évora, Alentejo Central e Alentejo** que terá como ações:

- Obras de conservação e manutenção no Centro Interpretativo do Castelo
- Nova exposição para o Centro Interpretativo do Castelo;
- Conservação e restauro das escavações arqueológicas no castelo;
- Plano de sinalética informativa e direcional no Castelo;

- **Preservar e valorizar o ambiente** - esta opção teve como principal objetivo a promoção e defesa do meio ambiente e a concretização de medidas para a eficiência energética. No âmbito da conservação da natureza destaca-se o **projeto Life-Lines** projeto que tem por objetivo ensaiar, avaliar e disseminar medidas destinadas a mitigar efeitos negativos de infraestruturas lineares em várias espécies de fauna e, simultaneamente, promover a criação, ao longo das mesmas, de uma Infraestrutura Verde de suporte ao incremento e conservação da biodiversidade do território em que atua, um importante corredor de transporte e energia Portugal-Espanha. É liderado pela Universidade de Évora e conta com a parceria da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Destaca-se, neste âmbito, a **conclusão do projeto de execução de requalificação do edifício do Núcleo Interpretativo Ambiental dos Baldios e de Beneficiação da EM 535.**

A Câmara Municipal participou no **Plano Intermunicipal de eficiência energética** que visa discutir e promover uma estratégia integrada de intervenção ao nível da eficiência energética de edifícios e iluminação pública para os 14 concelhos do Alentejo Central, potenciando também o acesso a fontes de financiamento.

No âmbito da **sensibilização ambiental**, manteve-se o acompanhamento às atividades do **Programa Eco-Escolas**, o planeamento de atividades para 2017/2018 no âmbito da campanha Agir para reduzir, separar e reciclar.

No âmbito dos **sistemas municipais de abastecimento de água e saneamento** destacam-se: a **renovação da conduta distribuidora de abastecimento de água Chapelar-Ciborro e a renovação da rede de abastecimento de água na Rua das Cortiçadas de Lavre.**



Remodelação da Conduta de Abastecimento de Água no Cíborro e em Cortiçadas de Lavre

Expandimos a automatização dos sistemas de abastecimento de água no Concelho.

O Programa da Parceria Pública para a Água e o Saneamento centrou-se no acompanhamento da operação dos sistemas por parte da AgdA, S.A. no Concelho, destacando-se o estudo e lançamento de projeto para a construção do novo intercetor de águas residuais de Montemor, com início na ZIA até à nova ETAR.

Reafirma-se a firme intenção de manter a gestão pública da água e do saneamento, rejeitando todas as soluções que facilitem a privatização, a quebra de serviços e a falta de resposta às populações. Na gestão de resíduos destaca-se o Sistema Municipal de recolha e tratamento de resíduos e a requalificação do equipamento urbano.

- **Promover a cultura, o desporto e o associativismo** - Ainda que afetada pelas restrições financeiras e de pessoal que nos foram impostas, foi possível assegurar o fundamental da atividade municipal desenvolvida nesta área.

Em 2017 continuaram a ser desenvolvidos um conjunto de projetos no concelho, promovidos pelo movimento associativo, para os quais a Câmara Municipal assegura um apoio financeiro referente à contrapartida nacional, no âmbito dos financiamentos comunitários que foram aprovados.

Mantivemos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local, cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho. Destacam-se variados projetos no âmbito da realização de atividades e/ou equipamentos, dinamização dos diversos serviços e

equipamentos municipais (Biblioteca Almeida Faria, Arquivo Municipal, Galeria Municipal, Cineteatro Curvo Semedo, Oficina da Criança, Oficina do Canto, Escola de Ballet, Oficina de Teatro), dinamização e programação cultural com os Ciclos de Programação e descentralização cultural, a preservação e valorização do património cultural. **Destacamos a reativação da projeção de cinema comercial no Cineteatro Curvo Semedo e a programação de cinema nas freguesias do concelho bem como a criação do Cineclube**, tal como a continuação no apoio às áreas artísticas e do pensamento, mantendo a lógica de apoio à criação e aos criadores, baseados nos projetos de residências promovidos pelos vários agentes culturais. **Uma referência para os encontros literários – Alface 2017, sobre a vida e obra do escritor Montemorense João Alfacinha da Silva.**

Também o **programa de dinamização e promoção da prática desportiva** junto da comunidade mantém uma relevância importante na dinâmica e formação das comunidades, onde destacamos para além do funcionamento regular dos equipamentos municipais (piscinas cobertas, piscinas recreativas, parque desportivo municipal, pavilhão gimnodesportivo, aeródromo municipal), os protocolos para os escalões de formação, escolas e escolinhas e o programa “dar mais vida aos anos”, a dinamização de atividades de animação sócio educativa, o programa de apoio à educação física no 1º ciclo do Ensino Básico e o programa de apoio à expressão motora nos Jardins de Infância. Destacamos também o funcionamento da Escola Municipal de natação, com um aumento significativo de praticantes e com resultados competitivos assinaláveis, resultantes numa aposta certa na construção da piscina coberta como um equipamento fundamental para a prática desportiva.

No **programa de Tempos livres e lazer** mantivemos o trabalho desenvolvido pela Oficina da Criança, cujas **novas instalações do Centro de Animação Socioeducativo/Oficina da Criança, inauguradas a 29 de Abril**, constituindo-se como uma referência no desenvolvimento de trabalhos lúdicos, de estímulo à criatividade e de animação, mas também de promoção do desenvolvimento pessoal e social, inerentes ao conceito de cidadania. Uma referência também para a Exposição de Brinquedos Tradicionais, que se encontra no novo edifício da Oficina da Criança, resultado de uma recolha de brinquedos tradicionais, efetuada entre 1999 e 2007, com o objetivo de manter viva a tradição de construção do brinquedo e a memória do brincar como património lúdico e criativo.



Inauguração da Oficina da Criança

Iniciou-se a **Oficina Mini Chefe**, atividade de culinária com crianças, bem como as Oficinas Pais e Filhos, atividades de promoção de exploração plástica e criativa entre Pais e Filhos

Destacamos ainda o **projeto educativo “Montemor ao Pormenor - A Arte do Ferro”**, que permitiu dar a conhecer às crianças e jovens do concelho, a riqueza do Património do Concelho e a sua importância, diversidade e beleza de elementos como os gradeamentos de janelas e varandas, as aldrabas, puxadores e batentes das portas e todos os restantes elementos decorativos, que podem ser apreciados no Centro Histórico da cidade.

Desenvolvemos também um importante trabalho no **apoio às Associações** que desenvolvem trabalho nestas áreas, decisivos para as instituições sem fins lucrativos, incluindo um importante apoio na preparação de candidaturas a financiamentos comunitários que permitiram concretizar, ampliar e consolidar a sua intervenção com a comunidade local;

- **Apoiar a juventude** - destaca-se a dinamização do Centro Juvenil, com projetos vocacionadas à capacitação dos jovens, permitindo a realização e concretização de projetos individuais e coletivos, em várias áreas, das quais se destacam as áreas da música, através da dinamização do estúdio de som, assim como nas áreas do audiovisual e das artes plásticas. Realça-se também a aquisição de equipamentos que reforçam as capacidades técnicas nesta resposta. Na Juventude é de realçar o papel da autarquia no apoio ao associativismo juvenil e a projetos de inclusão social, desenvolvimento de parcerias diversas e a concessão de bolsas de estágio, onde destacamos a concessão de estágios no âmbito do programa municipal de estágios, a atribuição de bolsas para

estudantes do ensino técnico, profissional e superior, a dinamização de programa de voluntariado;

- **Qualificar o ensino, promover a educação - A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para o desenvolvimento local e dos cidadãos.** Nesta opção programática, destaca-se a finalização dos projetos de requalificação de escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância do concelho, cujas intervenções têm financiamento assegurado no PDCT assinado entre a CIMAC e a Autoridade de Gestão do Portugal 2020. No âmbito do **Projeto À descoberta das 4 Cidades**, comemorámos em Montemor-o-Novo o 29º aniversário de Elevação a Cidade.



29º Aniversário Elevação a Cidade – À Descoberta das 4 Cidades

Mantivemos o **Programa de Ação Social Escolar** e o **Programa de Transportes Escolares**, assegurando um importante apoio social, para além das competências legais da Câmara Municipal. Reforçámos ainda as componentes de apoio à família, com destaque para o apoio à dinamização de ATL's. Nesta opção, destaca-se ainda o programa de apoio à educação física para melhor qualificação do ensino no concelho de Montemor-o-Novo.

- **Promover a Justiça social e a Saúde pública** – salienta-se o apoio social integrado no âmbito do programa Mor Solidário, através dos vários eixos de intervenção que apostou em apoios que se traduzem de forma permanente e sustentada na melhoria das condições e qualidade de vida dos setores sociais e cidadãos abrangidos. Neste âmbito – Eixo 3, destacar a atribuição de 98 bolsas de estudo concedidas a alunos do ensino superior. Releva-se ainda o início da revisão do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social, com a elaboração de novos documentos, a concluir em 2018.

- **Assegurar proteção civil e segurança** - com destaque para a Proteção Civil, no reforço do apoio a instituições e à Associação dos Bombeiros Voluntários. **Manutenção do Programa Voluntariado Jovem para as Florestas.**



Programa Voluntariado Jovem para as Florestas

Os dados constantes nos documentos da conta evidenciam um bom nível de concretização dos objetivos definidos para o mandato (2013-2017), cumprindo-se assim, de forma sustentada, os objetivos e prioridades aprovados.

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara Municipal. Apesar de alterações negativas na sua vida profissional (salários, progressão nas carreiras, regime de aposentação), só foi possível desenvolver toda a atividade municipal e corresponder aos anseios da população, graças ao seu esforço e empenho na prestação de um Serviço Público de Qualidade.

1 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Executivo Municipal apresenta, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, os **DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS** (DPC) relativos à gerência correspondente ao exercício financeiro do ano de 2017.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º 25º do referido diploma legal, conjugado com o artigo 76º da Lei 73/2013 de 03 de setembro (RFALEI), os DPC serão apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de Abril.

Os DPC foram elaborados segundo as regras e princípios definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), e apresentados conforme estabelece a Resolução nº 1/2018 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 9 de Fevereiro de 2018.

Os DPC, bem como o presente Relatório, serão sujeitos a parecer do Revisor Oficial de Contas, que em conjunto com a Certificação Legal das Contas, acompanham a presente prestação a remeter ao Órgão Deliberativo para apreciação, no cumprimento e para os efeitos do nº 3 do art.º 76, alínea e) do art.º 77 do RFALEI e alínea e) do nº 16 da Resolução nº 1/2018 - 2. Secção - Tribunal de Contas, de 9 de Fevereiro de 2018.

Os eleitos da Assembleia Municipal tiveram oportunidade de acompanhar nas suas sessões a atividade normal e regular do Município.

1.1 - Identificação do Município

Município de Montemor-o-Novo

Largo Paços do Concelho, 7050-127 Montemor-o-Novo

Telefone (geral): 266898100 Fax 266877096

Email: cmmontemor@cm-montemornovo.pt

Sítio: <http://www.cm-montemornovo.pt/pt>

NIF: 506609553

1.2. - Legislação (constituição, orgânica e funcionamento)

Decorrente das eleições autárquicas realizadas em outubro de 2017 foram reconstituídos os órgãos executivo e deliberativo.

Executivo:

Presidente

- Hortênsia do Anjos Chegado Menino

Vereadores

- António Adriano Mateus Pinetra (Vice-Presidente)
 - Palmira Rosa Bajuca Tomás Catarro
 - João Miguel Amaro Marques (até 26/junho/2017)
 - Gil Pegado Porto (a partir de 15/outubro/2017)
 - Olímpio Manuel Vidigal Galvão
 - Henrique José Leocádio Lopes
 - Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira
-
- A Presidente e os Vereadores António Adriano Mateus Pinetra, Palmira Rosa Bajuca Tomás Catarro e Gil Pegado Porto exercem funções em regime de permanência.
 - Não estão atribuídos pelouros aos Vereadores Olímpio Manuel Vidigal Galvão, Henrique José Leocádio Lopes e Carmen de Jesus Geraldo Carvalheira.
-
- A relação nominal dos responsáveis é parte integrante dos anexos.
 - O Município não dispõe de serviços municipalizados.
 - O Município não detém participações em empresas municipais.

1.3 - Estrutura organizacional efetiva

A Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Montemor-o-Novo foi aprovada nos termos do artigo 25º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto tendo sido publicada nos Diários da República 2ª série n.ºs 20, 21 e 22 respetivamente de 29 e 30 de janeiro e 2 fevereiro, todos do ano de 2015.

Subsiste o cumprimento do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, aprovado a 9 de outubro de 2002, em fase final da sua revisão e ajustamento no intuito de corresponder às necessidades atuais decorrentes do novo quadro legislativo e da atividade municipal.

1.4 - Descrição sumária das atividades

A atividade do Município concentrou os seus meios na execução dos objetivos a que se propôs no plano sendo de destacar:

Ao nível de execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O investimento municipal, repartido por cada projeto/ação inscrito no PPI, assumiu uma expressão orçamental que ascendeu a 2,771 milhões de euros no exercício de 2017, mantendo o nível de investimento do exercício anterior.

No ponto 3.9 do relatório pode ser observado mais pormenorizadamente o desenvolvimento dos valores indicados.

Ao nível da execução do Plano de Atividades:

A despesa corrente registada no ano de 2017 ascendeu a cerca de 13,83 milhões de euros, sendo correspondente a uma taxa de execução na ordem dos 93,72%.

No ponto 3.6 do relatório pode ser observado mais pormenorizadamente o desenvolvimento dos valores indicados.

As transferências correntes para as freguesias perfizeram os 315 mil euros correspondendo a 2,23% do total da despesa corrente.

Para fazer face ao apoio ao movimento associativo do concelho, foram necessários 950 mil euros representativos de 6,86% da despesa corrente.

O Município de Montemor-o-Novo, adotou uma regular condição de efetuar os pagamentos aos seus fornecedores tendo em conta os prazos pré-estabelecidos na faturação, e assim pode avocar ter garantido o cumprimento da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, sendo que em 31 de dezembro de 2017 o mapa Pagamentos em Atraso se manteve a zero (0), situação que se mantém desde 2014.

1.5 – Gestão de Pessoal

1.5.1. Estrutura

Tendo novamente por base os dados do balanço social, a 31 de dezembro de 2017, o total de trabalhadores era de 333, sendo a sua quase totalidade (97,3%, ou 98,2%, considerando que os 3 dos 4 Dirigentes Intermédios em Comissão de Serviço, fazem parte do Mapa de Pessoal do Município) era pessoal com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Dos restantes, dois trabalhadores encontravam-se com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo e três trabalhadores nomeados em cargos afetos ao Gabinete de Apoio à Presidente e Vereação e ao Gabinete de Apoio às Freguesias.

Tal como no ano anterior, no ano de 2017, o Município de Montemor-o-Novo não recebeu qualquer trabalhador em situação de mobilidade, tendo sim assentido na cedência de um Técnico Superior, um Assistente Técnico e um Fiscal Municipal (transitou de 2016) a outros organismos da Administração Pública.

Em resumo, o mapa de pessoal do Município de Montemor-o-Novo, a 31 de dezembro de 2017 encontrava-se preenchido com pessoal em funções de acordo com o seguinte quadro:

	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Comissão de Serviço	4						4
CTFP por termo indeterminado		55	68	198	3		324
CTFP a termo resolutivo certo				2			2
CTFP a termo resolutivo incerto							0
Outra						3	3
Total	4	55	68	200	3	3	333

1.5.2. Evolução do número de trabalhadores por tipo de vínculo

Invertendo uma situação que se registava desde 2012, mesmo que de forma ainda pouco significativa, no ano 2017 verifica-se um aumento no número total de trabalhadores, contrariando assim a tendência de redução ou manutenção do número de trabalhadores.

Mantendo também uma tendência de anos anteriores, no ano de 2017 verificou-se apenas uma saída por aposentação, duas saídas por mobilidade entre organismos, tendo-se verificado também a aplicação de uma pena de demissão na sequência de um procedimento disciplinar.

Foram também realizadas cinco novas contratações por tempo indeterminado, tendo-se desenvolvido outros procedimentos concursais cujo término ocorrerá apenas em 2018.

A evolução acima descrita encontra-se refletida na tabela abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017
Comissão de Serviço	7*	5*	4*	4	4
CTFP por termo indeterminado	335	328	328	323	324
CTFP a termo resolutivo Certo	4	3	4	2	2
CTFP a termo resolutivo incerto	0	0	0	0	0
Outra	2	2	2	2	3
Total	348	338	338	331	333

* durante estes anos, os dirigentes intermédios foram contabilizados no seu lugar de origem, com CTFP por tempo indeterminado e não no seu vínculo de Comissão de Serviço.

1.5.3. Média de Idades e distribuição por género

A média de idades dos trabalhadores é de 49 anos, mais um do que no ano anterior.

A média de idades dos homens é ligeiramente acima da média geral, perto dos 50 anos e 6 meses, sendo a média de idades das mulheres de cerca de 47 anos e 7 meses.

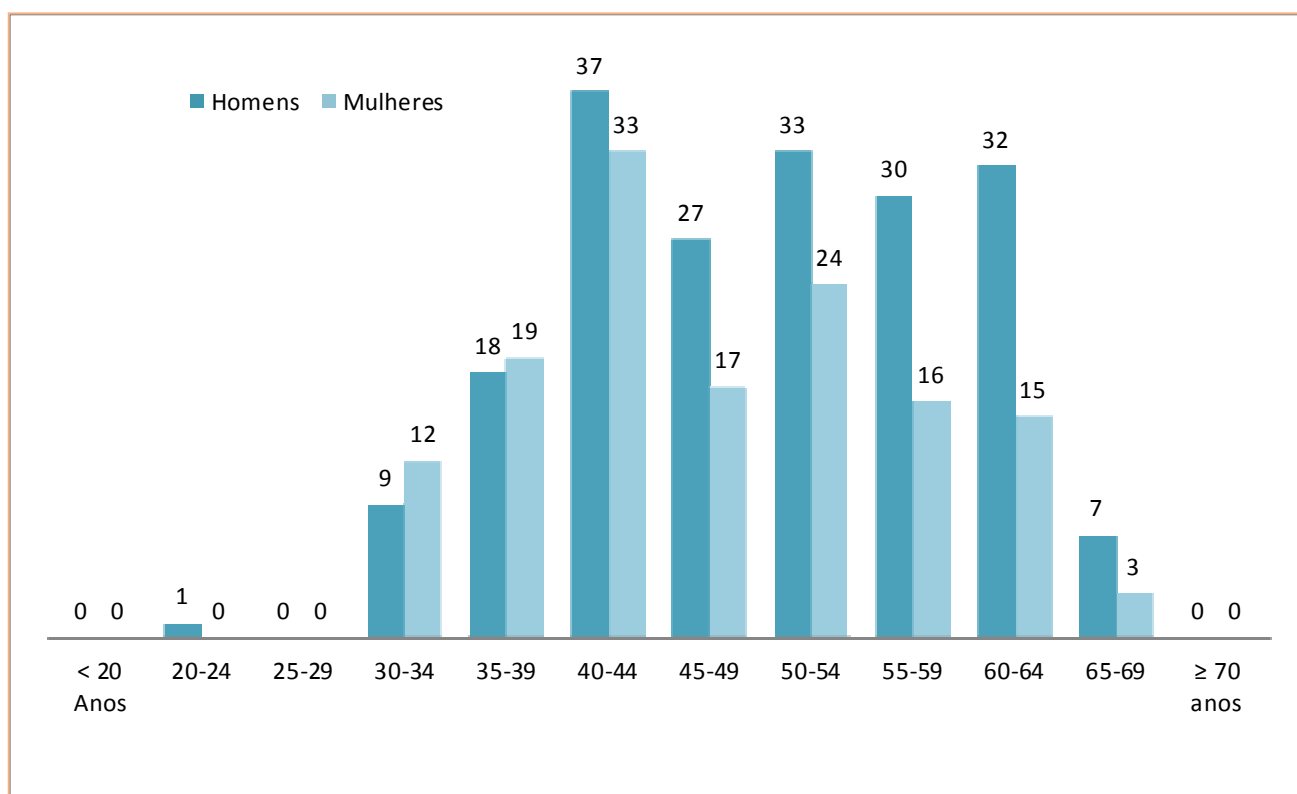
A distribuição por género tem-se mantido constante, com as mulheres a representarem, nos últimos anos, aproximadamente 40 a 42% do total dos trabalhadores.

	2013	2014	2015	2016	2017
Homens	204	201	199	193	194
Mulheres	144	137	139	138	139
Total	348	338	338	331	333

No final do ano de 2017, apenas um trabalhador tinha idade inferior a 30 anos, existindo um grupo de 21 trabalhadores com idade compreendida entre os 30 e os 34 anos, e um outro grupo de 10 trabalhadores com idade compreendida entre os 65 e os 69 anos.

Desta forma, cerca de 93% dos trabalhadores possuem idades compreendidas entre os 35 e os 64 anos, mantendo um valor idêntico ao ano anterior.

Continuam assim a existir dois grupos que se destacam ligeiramente dos demais, em número de trabalhadores que os integram, sendo eles os trabalhadores com idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos (21%), e entre os 50 e os 54 anos (17%).

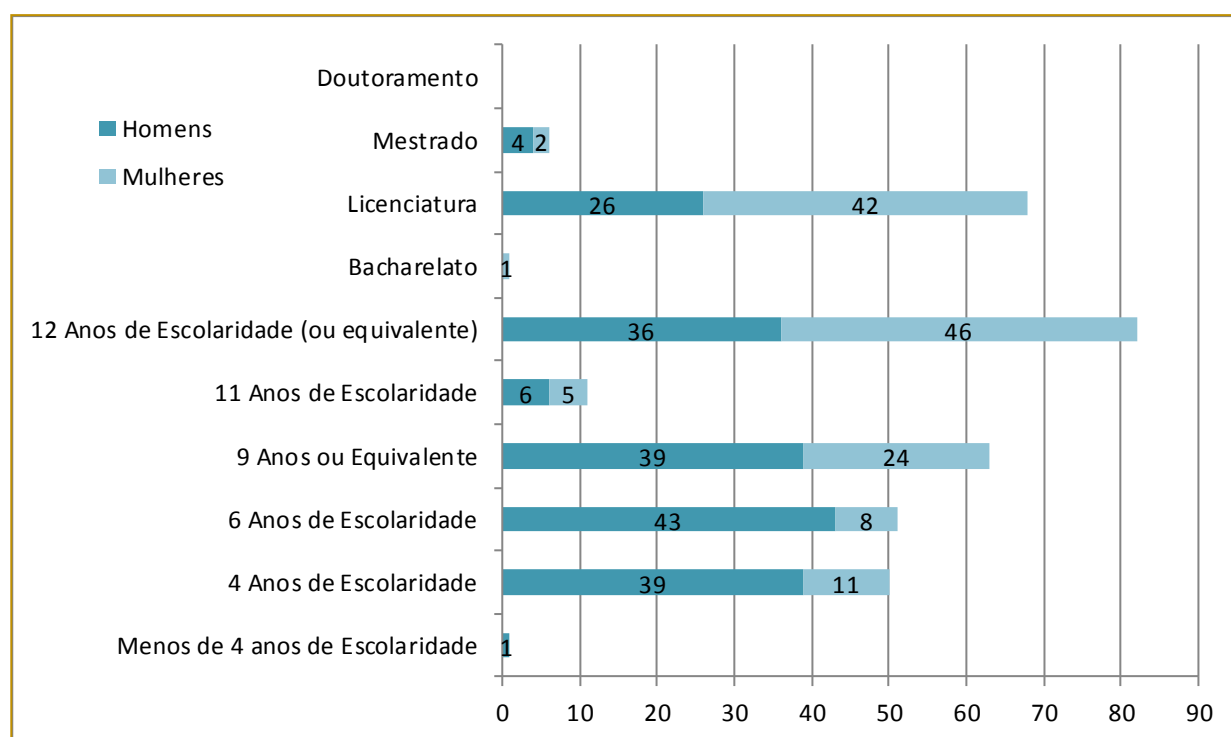


Uma análise em termos de carreiras, constante do quadro seguinte, permite verificar que ao nível dos técnicos superiores, a maioria destes, cerca de 55%, encontra-se nas faixas etárias entre os 35 e os 44 anos. Já nos assistentes técnicos, destaca-se um grupo de cerca de 24% dos trabalhadores que se encontra nas idades compreendidas entre os 50 e os 54 anos. Relativamente aos assistentes operacionais, existe alguma homogeneidade nos escalões entre os 40 e os 64 anos, concentrando aqui cerca de 84% dos trabalhadores.

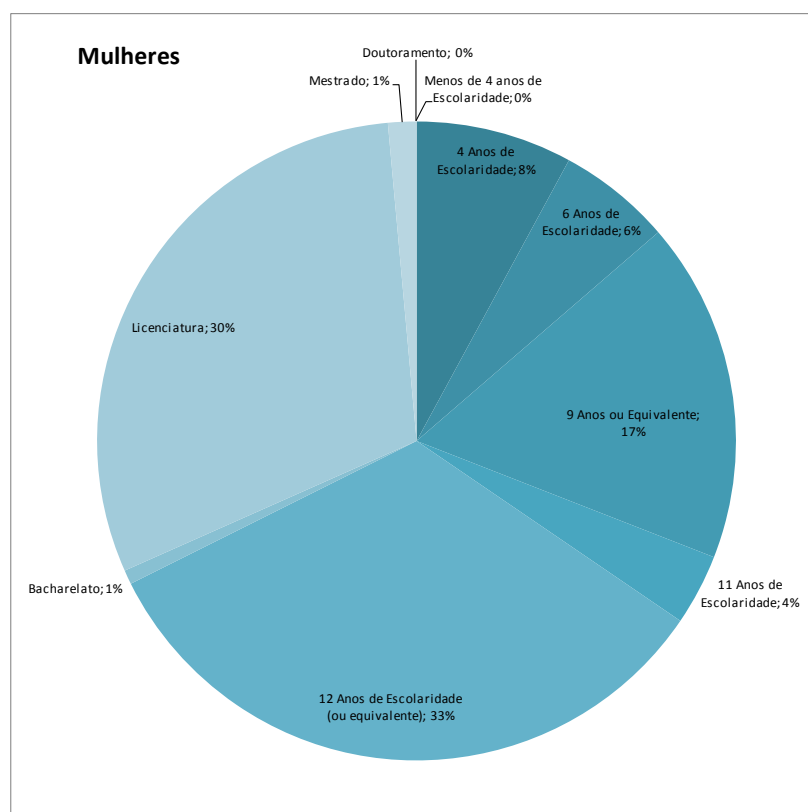
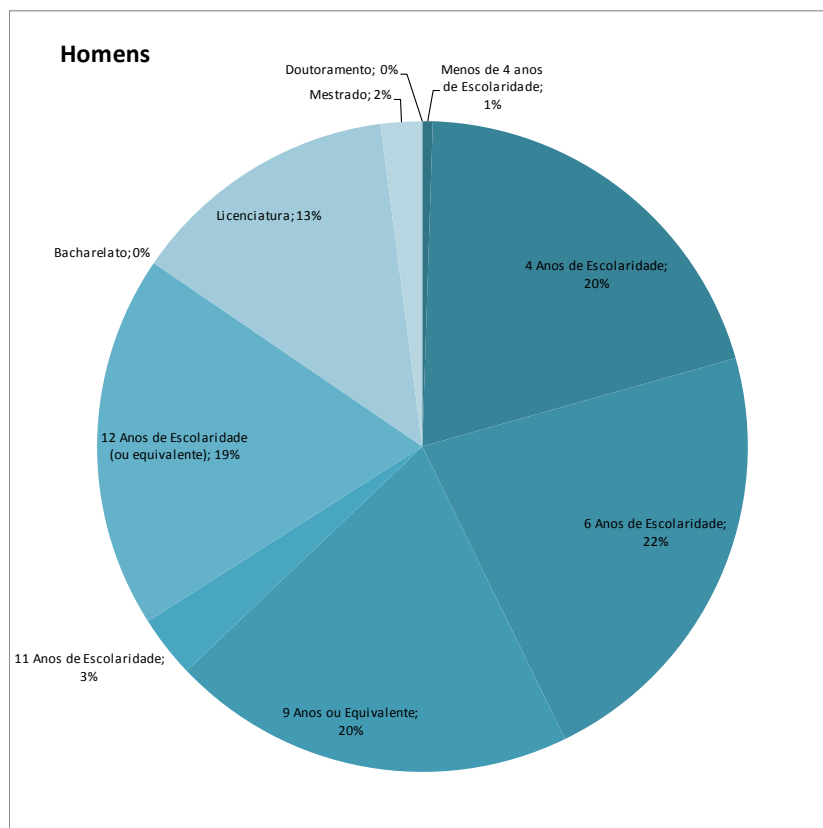
	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	Total
Menos de 20 Anos	0	0	0	0	0	0	0
20-24	0	0	0	1	0	0	1
25-29	0	0	0	0	0	0	0
30-34	0	3	5	12	0	1	21
35-39	0	11	12	13	1	0	37
40-44	2	19	12	34	2	1	70
45-49	0	6	8	30	0	0	44
50-54	0	6	16	35	0	0	57
55-59	1	5	11	29	0	0	46
60-64	0	4	2	40	0	1	47
65-69	1	1	2	6	0	0	10
70 ou mais anos	0	0	0	0	0	0	0
Total	4	55	68	200	3	3	333

1.5.4.Habilitações literárias

No que diz respeito a habilitações literárias, continua-se a constatar que cerca de 53% dos trabalhadores têm habilitações iguais ou inferiores ao 11.º ano, cerca de 25% têm habilitações ao nível do 12.º ano e aproximadamente 20% dos trabalhadores têm habilitações ao nível de curso superior. Os restantes cerca de 2% dos trabalhadores têm cursos ao nível do mestrado.



Relativamente ao género, os gráficos seguintes permitem verificar que, em proporção, as mulheres têm habilitações superiores aos homens.

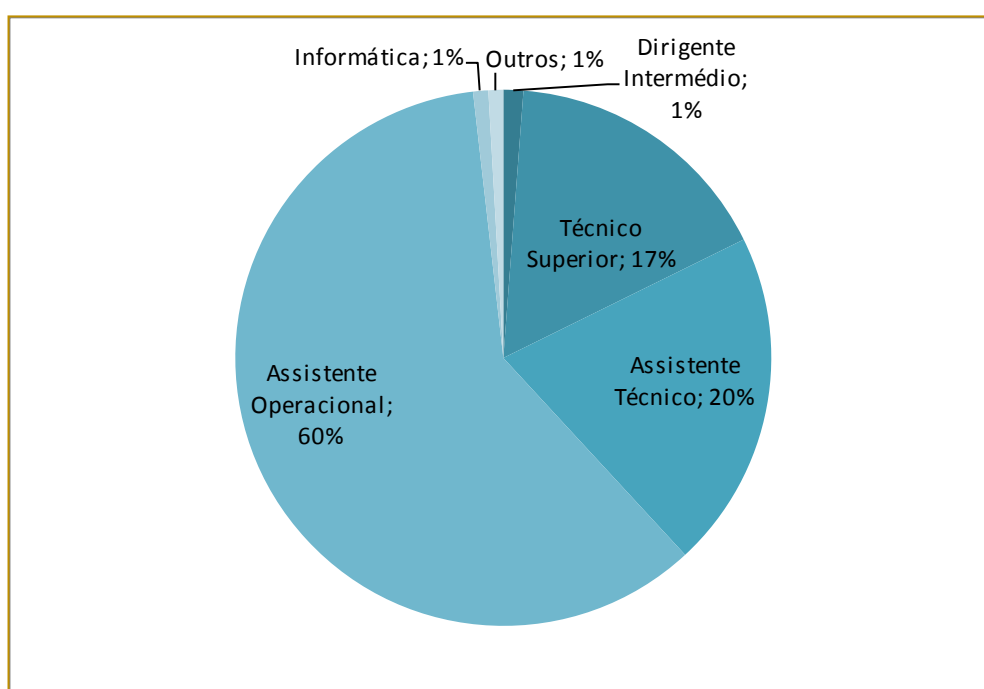


1.5.5. Estrutura profissional

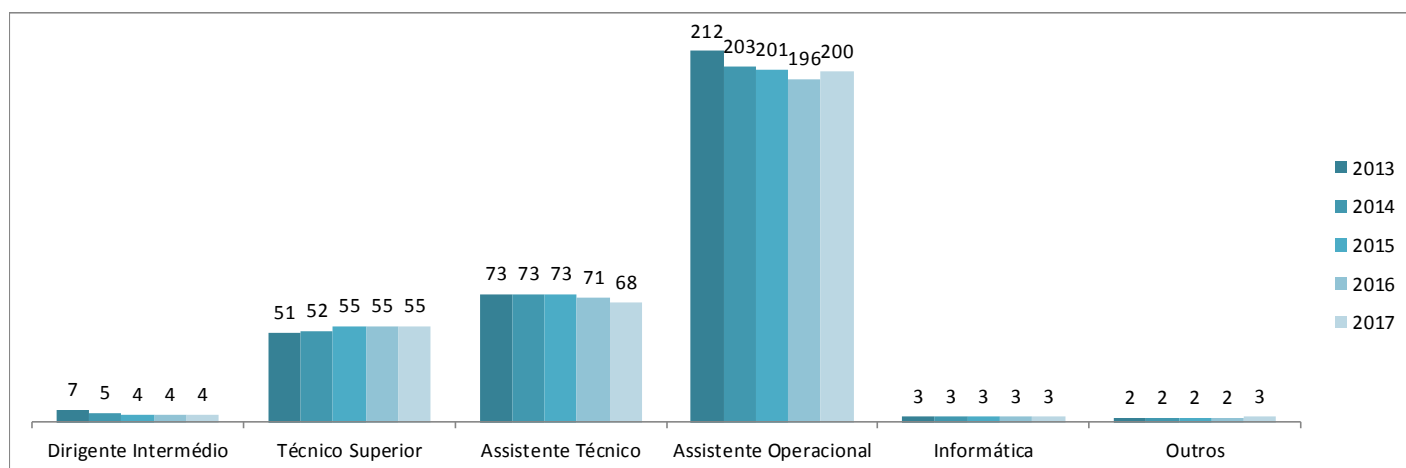
A estrutura profissional do Município de Montemor-o-Novo é constituída predominantemente pelos três grupos das carreiras gerais da função pública: Assistente Operacional, com 60% dos trabalhadores, Assistente Técnico com 20% dos trabalhadores e Técnico Superior, com 17% dos trabalhadores.

Para efeitos de elaboração do balanço social, os trabalhadores das carreiras não revistas que existem no Mapa de Pessoal do Município de Montemor-o-Novo foram agrupados da seguinte forma:

- Fiscal Municipal, do grupo de pessoal Técnico-profissional <-> Assistente Técnico (1 trabalhador);
- Fiscal de Obras, do grupo de pessoal Auxiliar <-> Assistente Operacional (1 trabalhador).



Comparativamente com o ano anterior, uma vez que não houve muitos movimentos de entradas e saídas de trabalhadores, a distribuição dos trabalhadores pelas várias carreiras mantém-se relativamente constante, com cerca de 60% de trabalhadores na carreira assistente operacional, 20% na carreira assistente técnica, 17% na carreira técnica superior, e os restantes 3% divididos entre os dirigentes, informática e nomeações para o gabinete de apoio à presidência e vereação.



1.5.6. Formação

Segundo o balanço social de 2017, relativamente à formação profissional, há que realçar os seguintes aspetos essenciais:

- A taxa de participação em formação profissional (número de participações em formação/total de efetivos) manteve-se nos 15%;

- As taxas de participação em formação por grupos profissionais, mostram que a maioria das formações são frequentadas por pessoal Técnico Superior e Assistente Técnico, com cada um destes grupos profissionais a deter 42% das participações em formação, muito provavelmente justificada pela pouca oferta de formação específica para os Assistentes Operacionais;

- Quanto às horas de formação, verificaram-se 1012 horas de formação, o que se traduz numa taxa média de 3 horas de formação anual por trabalhador/a da autarquia, encontrando-se este valor em linha com o do ano anterior, mas bastante abaixo das 1.725,5 horas de formação, correspondente a uma taxa média de 5 horas de formação por trabalhador do ano 2015;

- Realizaram-se 33 ações, distribuídas por diversas áreas de formação, em que participaram 52 formandos, aumentando em 7 o número de ações do ano de 2016, mas mantendo o mesmo número de participantes;

- Das 33 ações realizadas, apenas duas tiveram duração entre 30 a 59 horas, sendo as restantes uma duração inferior a 30 horas;

- Relativamente aos encargos com a formação profissional, a despesa total da autarquia, durante o ano de 2017, foi de 12.036 euros, apresentando assim um aumento de 7.290 euros face aos 4.746 euros despendidos no ano de 2016.

1.6 - Organização contabilística

Aplicação do POCAL – Regime Completo

Software house – Medidata – Pocal, Património, Recursos Humanos, Armazéns, Contratação Pública, Águas, Máquinas e Viaturas, Cemitérios, Faturação Diversa, Urbanismo, Obras Municipais, Ciclomotores, SAD e Atendimento

Não existe descentralização contabilística

Outros elementos da conta

Foram observados os princípios e regras contabilísticas previstos no POCAL, relacionados com o registo contabilístico na ótica-económico-patrimonial.

Foram considerados os princípios orçamentais da independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não consignação e não compensação.

Foram efetuadas as reconciliações bancárias a todos os movimentos das contas da classe 12 à data de 31 de dezembro.

A reconciliação entre o Município e os seus fornecedores foi assegurada pelo auditor externo.

A execução do orçamento de 2017 apresenta um excedente corrente de 2.650.426,43 euros, valor que se confirma no Mapa de Fluxos de Caixa anexo ao presente relatório.

No exercício o montante de reembolsos e restituições ascende a 279.170,70 euros, tendo sido cumprido o princípio da materialidade. Este valor é assente principalmente pelos registos de IMT e Derrama, que só por si totalizam 273.679,93 euros. O valor dos reembolsos e restituições apresenta do lado da despesa um montante de 297.646,34 €. A diferença entre o montante registado na receita e na despesa justifica-se com restituições em rubricas sem cobrança no exercício.

O património encontra-se registado e atualizado pelo CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, utilizando as taxas de amortização aí estabelecidas.

Embora tenha prosseguido de modo significativo o processo de passagem para imobilizado corpóreo de valores contabilizados em imobilizações em curso, esta rubrica ainda apresenta um valor em excesso de 772 mil euros, correspondentes a 8 intervenções já concluídas, e que ao manterem-se inadequadamente em imobilizações em curso conduzem a uma subavaliação das amortizações em 46 mil euros, valor que no quadro das contas do município não apresenta materialidade.

1.7. Acréscimos e Diferimentos

Em cumprimentos do princípio da especialização do exercício foram efetuados os devidos registos nas contas da classe 27 por forma a demonstrar os respetivos proveitos e custos

Quadro de Acréscimos e Diferimentos

Un: Euro

27.1	ACRESCIMOS DE PROVEITOS	1 458 213,82 €
27.1.2	Impostos Municipais	1 345 594,30 €
27.1.5	Venda de bense serviços	104 327,33 €
27.1.6	Transferências Correntes	1 467,02 €
27.1.9	Outros acréscimos de proveitos	6 825,17 €

O valor de acréscimos de proveitos refere-se aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) posterior (es).

Com o objetivo de melhorar a aplicabilidade deste princípio da especialização imputámos, pela primeira vez, ao exercício em apreciação o IMI liquidado e cobrado em 2018, mas que por se referir ao exercício de 2017 deve ser considerado com proveito do presente exercício.

A segunda rubrica com significado corresponde à faturação de água referente ao consumo de dezembro de 2017, e cujo processamento apenas ocorre em janeiro do exercício seguinte.

27.2	CUSTOS DIFERIDOS	49 912,46 €
27.2.1	Seguros	38 735,68 €
27.2.1.1	Seguro de acidentes no trabalho e doença	7 602,84 €
27.2.1.2	Seguro de acidentes pessoais	2 900,19 €
27.2.1.3	Seguro de responsabilidade civil	995,14 €
27.2.1.6	Seguro automovel	9 647,76 €
27.2.1.7	Seguros Multiriscos	16 302,42 €
27.2.1.9	Outros seguros	1 287,33 €
27.2.6	Rendas	350,00 €
27.2.9	Outros custos diferidos	10 826,78 €

O diferimento de custos tem como principal componente o diferimento de seguros pagos em 2017 e cuja validade se prolonga para 2018.

27.3	ACRESCIMOS DE CUSTO	996 915,87 €
27.3.2	Remunerações a liquidar	634 507,37 €
27.3.3	Juros a liquidar	235,06 €
27.3.4	TRIBUNAL DE CONTAS	131 990,51 €
27.3.4.1	Conta Gerência	50 840,57 €
27.3.4.1.0	Conta Gerência 2016	12 317,47 €
27.3.4.1.1	Conta Gerência 2017	29 557,87 €
27.3.4.1.4	Conta de Gerência 2004	8 965,23 €
27.3.4.2	Conta Gerência 2005	10 675,49 €
27.3.4.3	Conta Gerência 2007	10 452,62 €
27.3.4.4	Conta Gerência 2008	9 460,35 €
27.3.4.5	Conta Gerência 2009	9 897,03 €
27.3.4.6	Conta Gerência 2010	9 254,89 €
27.3.4.7	Conta Gerência 2012	9 930,56 €
27.3.4.8	Conta Gerência 2013	10 105,66 €
27.3.4.9	Conta Gerência 2014	11 373,34 €
27.3.9	Outros acréscimos de custos	230 182,93 €
27.3.9.5	Outros acréscimos de custos - 2016	84,89 €
27.3.9.6	Outros acréscimos de custos - 2017	230 098,04 €

O valor dos acréscimos de custos refere-se aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa e cuja despesa só venha a ocorrer em exercício (s) posterior (es). São de referir, as remunerações a liquidar e os juros dos empréstimos bancários. Os acréscimos de custos incluem ainda os emolumentos a pagar ao Tribunal de Contas pela apreciação das Contas de Gerência de diversos anos e que

detêm um valor acumulado de 131.990,51 euros. O valor referente aos outros acréscimos de custos inclui faturas emitidas pelos fornecedores em 2018 mas respeitantes a fornecimentos de serviços ocorridos em 2017 (gás piscinas, telecomunicações, energia elétrica...).

Relativamente ao acréscimo de proveitos, para além do valor reconhecido na conta 27.4.9, relativo a rendas os montantes mais expressivos estão relacionados com a especialização dos financiamentos ao investimento, sendo de destacar os seguintes aspetos:

Conforme descrito no quadro abaixo constata-se que dos financiamentos recebidos pelo município encontram-se afetos a projetos 5,339 milhões de euros, dos quais foram transferidos para proveitos do exercício 588 mil euros, encontrando-se em saldo por especializar 4,751 milhões de euros.

Conta	Valor Atrib	Extrao	Anterior	Exerc	Atual	Saldo
27.4.5.1.1.1.02 Total	1 400 152,70 €	- €	69 081,56 €	37 603,29 €	106 684,85 €	1 293 467,85 €
27.4.5.1.1.1.03 Total	556 611,32 €	- €	18 630,30 €	11 907,91 €	30 538,21 €	526 073,11 €
27.4.5.1.1.1.07 Total	1 195 781,89 €	- €	196 469,07 €	60 420,28 €	256 889,35 €	938 892,54 €
27.4.5.1.1.1.08 Total	247 039,77 €	- €	12 352,00 €	12 352,00 €	24 704,00 €	222 335,77 €
27.4.5.1.1.1.10 Total	734 442,34 €	- €	36 722,11 €	36 722,11 €	73 444,22 €	660 998,12 €
27.4.5.1.1.1.11 Total	379 983,70 €	- €	- €	18 999,19 €	18 999,19 €	360 984,51 €
27.4.5.1.1.1.12 Total	195 695,92 €	- €	8 213,63 €	9 784,78 €	17 998,41 €	177 697,51 €
27.4.5.1.1.1.24 Total	10 162,26 €	- €	- €	1 016,23 €	1 016,23 €	9 146,03 €
27.4.5.1.1.1.26 Total	446 478,20 €	- €	16 073,91 €	16 073,91 €	32 147,82 €	414 330,38 €
27.4.5.1.1.1.30 Total	12 136,09 €	- €	- €	2 692,06 €	2 692,06 €	9 444,03 €
27.4.5.1.1.1.33 Total	74 160,79 €	- €	1 854,02 €	1 854,02 €	3 708,04 €	70 452,75 €
27.4.5.1.1.1.34 Total	32 544,18 €	- €	8 136,05 €	8 136,05 €	16 272,10 €	16 272,08 €
27.4.5.4.1 Total	53 841,19 €	- €	- €	2 692,06 €	2 692,06 €	51 149,13 €
Total Geral	5 339 030,35 €	- €	367 532,65 €	220 253,89 €	587 786,54 €	4 751 243,81 €

Contudo, conforme apresentado no quadro seguinte constata-se que o saldo reconhecido na conta 27.4.5 é de 9.949 milhões de euros, correspondendo a diferença de 5,196 milhões de euros de financiamentos que se encontram por atribuir a bens, situação que gera uma subavaliação nos proveitos diferidos na ordem dos 350 mil euros ano, e cujo processo de regularização só deverá acontecer no exercício de 2018.

Conta		Saldo	Dif BG-Pat	Observ.
27.4.5.1.1.1.01	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA	2 201 869,65 €	2 201 869,65 €	não atribuído
27.4.5.1.1.1.02	Centro Escolar Montemor-o-Novo	1 293 467,85 €	- €	
27.4.5.1.1.1.03	Centro de Acolhimento de Micro-Empresas	542 426,13 €	16 353,02 €	
27.4.5.1.1.1.07	Requalificação Urbana da Área Rossio em Montemor-o-Novo	938 892,54 €	- €	
27.4.5.1.1.1.08	Remod de Arruam e Infraestruturas - Largo Banha de Andrade	222 335,77 €	- €	
27.4.5.1.1.1.10	Remodelação da Rua da Janelinha	660 998,12 €	- €	
27.4.5.1.1.1.11	Remod de Acesso ao castelo - Rua Condessa de Valença	360 986,94 €	2,43 €	
27.4.5.1.1.1.12	Acesso Pedonal - Rua do Quebra costas	177 560,99 €	- 136,52 €	
27.4.5.1.1.1.15	Plano de Sinaletica	9 861,31 €	9 861,31 €	não atribuído
27.4.5.1.1.1.24	OUTROS PROGRAMAS - SUBSTITUIÇÃO VEÍCULOS DE SERVIÇOS URBANOS	9 147,00 €	0,97 €	
27.4.5.1.1.1.25	OUTROS PROGRAMAS - MODERNIZAÇÃO CENTROS RECOLHA OFICIAL	4 959,36 €	4 959,36 €	não atribuído
27.4.5.1.1.1.26	PISTA DE ATLETISMO	414 330,38 €	- €	
27.4.5.1.1.1.28	Plano Divulgação e Comunicação - Montemor Pedra a Pedra	185 404,44 €	185 404,44 €	não atribuído
27.4.5.1.1.1.29	NATURALE	34 946,33 €	34 946,33 €	não atribuído
27.4.5.1.1.1.30	ILUMINAÇÃO DO CASTELO	9 442,58 €	- 1,45 €	
27.4.5.1.1.1.33	BENEFICIAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL ALMEIDA FARIA	70 452,45 €	- 0,30 €	
27.4.5.1.1.1.34	MODERNIZAÇÃO ALENTEJO CENTRAL@2015 (SAMA III)	37 182,08 €	20 910,00 €	
27.4.5.1.1.1.35	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	20 910,00 €	20 910,00 €	não atribuído
27.4.5.1.1.3.05	Caminho Agrícola de Escaradeais - Lapas	2 316,04 €	2 316,04 €	não atribuído
27.4.5.1.1.4	Outras	309 709,59 €	309 709,59 €	não atribuído
27.4.5.2	ADMINISTRAÇÕES PRIVADAS	773 282,55 €	773 282,55 €	não atribuído
27.4.5.4.1	Feder	1 666 604,19 €	1 666 604,19 €	não atribuído
		9 947 086,29 €	5 195 842,48 €	

1.8 – Modificações Orçamentais

No decorrer de 2017 verificaram-se 42 modificações orçamentais, sendo 2 revisões e 40 alterações, justificadas quer pela inserção do saldo da gerência anterior, quer pela necessidade de ajustar os valores previsionais das despesas. Assim, a dotação inicial aprovada em 20.119.090,70 euros converteu-se em 19.679.602,51 euros.

1.9 - Outras Informações Relevantes

Tendo decorrido no ano 2017 toda a preparação para a implementação a partir de 1 de janeiro de 2018 do novo regime contabilístico, o SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, foi um trabalho considerado extemporâneo pois, a 28 de dezembro, o Secretário de Estado da Administração Local anunciou o adiamento por mais um ano.

Por força do artigo 303º da LOE a participação dos municípios na subscrição de capital do FAM será reduzida em 2018. A redução dessa subscrição, no montante de 307.071,72 euros, implicará uma redução na conta 4122, com equivalente redução na dívida reconhecida na conta 268126 e com diminuição da realização, prevista para cada um dos exercícios seguintes em 25% (2018); 50% (2019); 75% (2020); e, 100% (2021). Esta redução terá igualmente efeito em termos orçamentais através da correspondente anulação em termos de compromissos.

Por conhecimento público, a 11 de abril de 2018 foi proferida sentença, ainda não transitada em julgado, sobre o processo de alcance, que a confirmar-se, representará a condenação do arguido em 5 anos de prisão com pena suspensa e a obrigação de reposição do valor em alcance, à razão de 300,00 euros mensais, montante que

conduzirá a um período de 85 anos para a reposição nominal do valor em alcance. Pelo exposto, parte substancial da imparidade deve vir a ser reconhecida como perda.

2 - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

2.1 - Derrogações

Não se registou qualquer derrogação verificando-se consistência com os exercícios anteriores e correspondendo o balanço e a demonstração de resultados à situação real do ativo, do passivo e dos resultados do município de Montemor-o-Novo.

Encontra-se em preparação a plena aplicação da contabilidade de custos.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os resultados são comparáveis com o exercício anterior, pois as alterações patrimoniais relevantes, nomeadamente as ocorridas em 2016, foram registadas diretamente na conta 59, não afetando, por isso, os resultados dos exercícios.

2.3 - Critérios valorimétricos utilizados

As valorizações foram efetuadas ao preço de custo, tendo por suporte as faturas ou documentos equivalentes.

As existências encontram-se valorizadas ao preço médio ponderado.

Não foram valorizados os trabalhos para a própria entidade que eventualmente tenham acrescido vida útil aos bens do imobilizado, pelo que todos os custos da administração direta foram considerados como custos do exercício. Esta não valorização resulta da inexistência de contabilidade de custos, o que impossibilita a imputação de mão-de-obra e de máquinas a cada bem intervencionado.

2.4 - Cotações de resultados originariamente expressos em moeda estrangeira

Não se aplica.

2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado

Por valorimetrias diferentes – não se aplica

Por amortizações do ativo imobilizado, superiores às adequadas – não se aplica

No exercício de 2017 foram, pela primeira vez, avaliados os artigos em armazém sem rotação há, pelo menos, 3 anos, situação que gerou a criação de provisões reconhecidas na conta 39.6 no montante de 109.776,64 euros.

Acresce que pelo indicado no ponto 1.9, a provisão ao “processo de alcance” foi reforçada em 38.000,00 euros.

2.6 – Cometário às Contas

Os valores constantes no balanço dizem integralmente respeito a projetos cuja discriminação se encontra nos mapas anexos às demonstrações financeiras

2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões

Os quadros do ativo bruto e das amortizações, espelham os movimentos ocorridos durante o ano.

Estes mapas encontram-se anexos ao presente documento.

RUBRICAS		SALDO INICIAL	REAVLIAÇÃO/ AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
41.	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	859 797,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	859 797,72 €
41.1	PARTES DE CAPITAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
41.2	OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	859 797,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	859 797,72 €
41.2.1	Empresas municipais e intermunicipais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
41.2.2	Títulos de Participação	859 797,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	859 797,72 €
41.2.2.1	FAM (FUNDO APOIO MUNICIPAL)	859 797,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	859 797,72 €
41.2.9	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
41.4	INVESTIMENTOS EM IMOVEIS	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
42.	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	52 416 732,56 €	0,00 €	3 752 702,47 €	673 011,91 €	767 804,08 €	54 728 619,04 €
42.1	Terrenos e recursos naturais	14 620 773,83 €	0,00 €	1 556 830,00 €	658 047,98 €	763 125,36 €	14 756 430,49 €
42.2	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	29 556 233,37 €	0,00 €	1 261 927,66 €	14 963,93 €	4 678,72 €	30 798 518,38 €
42.2.1	Edifícios	23 779 750,90 €	0,00 €	1 230 084,89 €	14 963,93 €	4 678,72 €	24 990 193,14 €
42.2.1.1	Habituação	1 224 177,24 €	0,00 €	6 251,99 €	0,00 €	0,00 €	1 230 429,23 €
42.2.1.2	Outros Edifícios	22 555 573,66 €	0,00 €	1 223 832,90 €	14 963,93 €	4 678,72 €	23 759 763,91 €
42.2.2	Outras construções	5 776 482,47 €	0,00 €	31 842,77 €	0,00 €	0,00 €	5 808 325,24 €
42.3	Equipamento básico	2 220 227,64 €	0,00 €	660 830,76 €	0,00 €	0,00 €	2 881 058,40 €
42.4	Equipamento transporte	2 952 943,06 €	0,00 €	70 945,73 €	0,00 €	0,00 €	3 023 888,79 €
42.5	Ferramentas e utensílios	197 700,86 €	0,00 €	22 043,35 €	0,00 €	0,00 €	219 744,21 €
42.6	Equipamento administrativo	2 736 191,14 €	0,00 €	146 222,19 €	0,00 €	0,00 €	2 882 413,33 €
42.7	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
42.9	Outras imobilizações corpóreas	132 662,66 €	0,00 €	33 902,78 €	0,00 €	0,00 €	166 565,44 €
43.	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	481 238,38 €	0,00 €	10 578,00 €	0,00 €	0,00 €	491 816,38 €
43.1	Despesas de instalação	97 170,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	97 170,00 €
43.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2 618,08 €	0,00 €	10 578,00 €	0,00 €	0,00 €	13 196,08 €
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	381 450,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	381 450,30 €
43.9	Outras Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
44.	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	2 801 969,71 €	0,00 €	1 085 334,14 €	0,00 €	1 822 702,17 €	2 064 601,68 €
44.1	Imobilizações em curso investimentos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
44.2	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO DE IMOBIL. CORPÓREAS	1 477 213,92 €	0,00 €	543 388,63 €	0,00 €	1 436 602,69 €	583 999,86 €
44.3	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO IMOBIL INCORPÓREAS	68 019,00 €	0,00 €	217 830,55 €	0,00 €	3 874,50 €	281 975,05 €
44.3.1	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
44.3.2	Despesas de investigação e desenvolvimento	68 019,00 €	0,00 €	217 830,55 €	0,00 €	3 874,50 €	281 975,05 €
44.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
44.3.9	Outras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
44.5	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO DE BENS DE DOM PUBL	1 256 736,79 €	0,00 €	324 114,96 €	0,00 €	382 224,98 €	1 198 626,77 €
45.	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	72 119 766,10 €	0,00 €	722 919,09 €	0,00 €	0,00 €	72 842 685,19 €
45.1	Terrenos e recursos naturais	35 064,19 €	0,00 €	103 824,37 €	0,00 €	0,00 €	138 888,56 €
45.2	Edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
45.2.1	Habituação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
45.2.2	Outros edifícios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
45.3	Outras construções e infraestruturas	72 018 352,78 €	0,00 €	619 094,72 €	0,00 €	0,00 €	72 637 447,50 €
45.5	Bens do património histórico, artístico e cultural	66 349,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	66 349,13 €
45.9	Outros bens de domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL:		320 904 936,91 €		16 646 086,29 €	1 375 951,68 €	11 713 696,87 €	324 461 374,65 €

2.8 - Descrição do ativo imobilizado

Amortizações do exercício e acumuladas

Efetuada, em 2016, o processo de reconciliação entre o património e o respetivo valor registado na contabilidade, no exercício de 2017, não se registaram operações de regularizações que aplicassem movimentos de natureza extraordinária no montante das contas 48. Assim, a variação desta conta registou somente 19.11 euros de regularizações por abate de bens, na sua generalidade em resultado de alienação, e, por outro lado registou o incremento das amortizações anuais efetuada no exercício e cujo quadro é o seguinte:

	RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
48.	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	79 024 499,65 €	3 691 472,77 €	19 161,36 €	82 696 811,06 €
48.1	DE INVESTIMENTOS EM IMOVEIS	- €	- €	- €	- €
48.1.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
48.1.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	- €	- €	- €	- €
48.1.2.1	Edifícios	- €	- €	- €	- €
48.1.2.1.1	Habitação	- €	- €	- €	- €
48.1.2.1.2	Outros Edifícios	- €	- €	- €	- €
48.1.2.2	Outras construções	- €	- €	- €	- €
48.2	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	19 360 406,16 €	1 243 190,68 €	19 161,36 €	20 584 435,48 €
48.2.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
48.2.2	EDIFICIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	11 993 633,09 €	821 055,02 €	19 161,36 €	12 795 526,75 €
48.2.2.1	Edifícios	9 520 068,98 €	613 962,79 €	19 161,36 €	10 114 870,41 €
48.2.2.1.1	Habitação	671 344,48 €	43 716,23 €	- €	715 060,71 €
48.2.2.1.2	Outros Edifícios	8 848 724,50 €	570 246,56 €	19 161,36 €	9 399 809,70 €
48.2.2.2	Outras construções	2 473 564,11 €	207 092,23 €	- €	2 680 656,34 €
48.2.3	Equipamento básico	2 023 028,47 €	167 384,10 €	- €	2 190 412,57 €
48.2.4	Equipamento de transporte	2 466 209,10 €	111 610,44 €	- €	2 577 819,54 €
48.2.5	Ferramentas e utensílios	192 268,05 €	6 073,74 €	- €	198 341,79 €
48.2.6	Equipamento administrativo	2 569 139,47 €	125 543,98 €	- €	2 694 683,45 €
48.2.7	Taras e vasilhame	- €	- €	- €	- €
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	116 127,98 €	11 523,40 €	- €	127 651,38 €
48.3	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	424 370,26 €	24 415,80 €	- €	448 786,06 €
48.3.1	Despesas de instalação	43 296,00 €	19 434,00 €	- €	62 730,00 €
48.3.2	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2 618,08 €	2 115,60 €	- €	4 733,68 €
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	378 456,18 €	2 866,20 €	- €	381 322,38 €
48.3.9	Outras Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	- €	- €
48.5	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	59 239 723,23 €	2 423 866,29 €	- €	61 663 589,52 €
48.5.1	Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €
48.5.2	Edifícios	- €	- €	- €	- €
48.5.2.1	Habitação	- €	- €	- €	- €
48.5.2.2	Outros Edifícios	- €	- €	- €	- €
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	59 239 723,23 €	2 423 866,29 €	- €	61 663 589,52 €
48.5.5	Bens de património histórico, artístico e cultural	- €	- €	- €	- €
48.5.9	Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	- €	- €	- €	- €
49.1	Partes de capital	- €	- €	- €	- €
49.2	Obrigações e títulos de participação	- €	- €	- €	- €
49.5	Outras aplicações financeiras	- €	- €	- €	- €
	TOTAIS :	79 024 499,65 €	3 691 472,77 €	19 161,36 €	82 696 811,06 €

Deduzido o valor de 3.672.311 euros de variação nas amortizações, ao valor da FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo) concluímos que a FLCF (Formação Líquida de Capital Fixo) teve uma variação negativa de 1.374.874 euros.

2.9 - Custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, e que tenham sido capitalizados nesse período.

O mapa de empréstimos do Município evidencia um novo empréstimo de médio e longo prazo, devidamente visado pelo Tribunal de Contas no decorrer do exercício de 2016, para fazer face à “Construção da Oficina da Criança e Programa de Modernização de Instalações Municipais para os Serviços”. O montante contratado foi de 1.251.007,70 euros tendo sido parcialmente utilizado, no exercício de 2016, no montante capital de 491.994,63 euros.

Assim durante o exercício de 2017 o montante em dívida relativo a empréstimos de médio e longo prazo, reconhecidos na conta 23, passaram de 1,492 milhões de euros (1 de janeiro) para 1,149 milhões de euros (31 de dezembro). Deste montante encontra-se reconhecido no curto prazo o valor de 173.321 euros por corresponder ao montante a amortizar nos próximos 12 meses.

Os juros pagos relativos a estes empréstimos ascenderam a 5.241,08 euros, sendo reconhecidos com custos do exercício 5.243,33 euros, valor que não foi capitalizado, sendo assumido na sua plenitude como custo do exercício.

Para efeitos de controlo do artigo 40.º do RFALEI o excedente corrente situa-se em 1,929 milhões de euros conforme quadro seguinte:

N.º Empr.	01/01/2014	01/01/2017	31/12/2017	Anos	Amortiz Média 2017
Empréstimos em vigor a 01-01-2014					
504000570591	262 940,02 €	- €		3	
9015002592991	208 738,74 €	30 068,92 €		4	52 184,69 €
9015004428291	487 465,13 €	279 927,24 €	209 945,43 €	8	60 933,14 €
9015005064991	824 699,26 €	516 697,78 €	413 358,22 €	9	91 633,25 €
Empréstimos contratados após 01-01-2014					
9015008222291	Valor contratado				
	1 251 007,70 €	491 994,63 €	491 994,63 €	10	125 100,77 €
		1 318 688,57 €	1 115 298,28 €		
Valor médio das amortizações					329 851,85 €
Despesa corrente					13 829 688,89 €
Valor que releva para art.º 40º RFALEI					14 159 540,74 €
Receita corrente					16 088 225,52 €
Excedente no equilíbrio corrente					1 928 684,78 €

2.10 – Diplomas legais nos termos em que se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não se procedeu a qualquer reavaliação do imobilizado.

2.11 - Quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável.

2.12 - Imobilizações corpóreas e em curso

Os valores das imobilizações em curso, encontram-se discriminados no quadro seguinte, sendo de realçar que durante 2017 foram concluídos ou regularizados e transferidos os processos de 14 intervenções no montante global de 1,8 milhões de euros. A este montante deveremos juntar o valor de 772 mil euros de realizações concluídas, mas cujo processo ainda não transitou. Finalmente é de assinalar que as intervenções na FBCF atualmente em curso ascendem a quase 1,3 milhões de euros.

44.	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	Transferidas em 2017	Cocluidas e por transferir	Em curso 31-12-17
44.2.2.01.2.05	RENATO LIMA AZENHA	75 716,13 €		
44.2.2.01.2.08	BENEF CENTRO ESCOLAR S. MATEUS		370 925,45 €	
44.2.2.01.2.09	BENEF ESCOLA BASICA Nº1	70 004,19 €		
44.2.2.01.2.11	BENEF ESCOLA BAS FOROS V. FIGUEIRA		94 348,35 €	
44.2.2.01.2.14	OFICINA DA CRIANÇA	1 290 882,37 €		
44.2.2.01.2.18	MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO NA R. DAS CORTIÇADAS-CORTIÇADAS DE LAVRE			46 791,87 €
44.2.2.01.2.20	Renovação de Conduta Distribuidora Chapelar-Ciborro – FASE 1			44 713,20 €
44.2.3	Equipamento basico			27 220,99 €
44.3.2	Despesas de investigação e desenvolvimento			281 975,05 €
44.5.3.01.1	Terreiro do Castelo - Sondagens Arqueol.			16 974,00 €
44.5.3.09	URBANIZAÇÃO 25 DE ABRIL - S.GERALDO		99 852,74 €	
44.5.3.12	PASSAD FERRO DA AGULHA	71 632,62 €		
44.5.3.14	REAGIR - ACESSO UNIDADE PILOTO		34 511,23 €	
44.5.3.15	VALORIZAÇÃO ACESSO S. CRISTOVAO	103 962,94 €		
44.5.3.16	REAB CAMINHO (ALTO AMEIX- EN2	40 823,76 €		
44.5.3.18	REAB CAMINHO (EN254 E HERD FIG	43 680,48 €		
44.5.3.19	ECOPISTA - RAMAL FERROVIARIO		11 517,25 €	
44.5.3.21	EXEC PINTURAS INSTALAÇ EDIFICIOS ESPAÇ PÚBLICOS MMN			742 787,06 €
44.5.3.22	LOTEAMENTO DE CASAS NOVAS EM S. BRISSOS		40 710,13 €	
44.5.3.26	POLIDESPORTIVO DESCOBERTO SANTIAGO ESCOURAL		74 542,02 €	
44.5.3.28	BENEF/AMPLIAÇ INFRAEST ABAST ÁGUA DRENA AGUAS RESIDUAIS S. CRISTOVÃO		46 044,63 €	
44.5.3.32	AUTOMATIZAÇÃO SISTEMA ABASTECIMENTO ÁGUA CABRELA	13 493,10 €		
44.5.3.33	EXECUÇÃO 1 A 3 FUROS PESQUISA-CAPTAÇÃO SUBTERRÂNEA ABASTEC PARQUE DESPORTIV ESCOURAL	17 527,10 €		
44.5.3.37	SANEAMENTO NA CARREIRA DE S. FRANCISCO E NA R. DE MOÇAMBIQUE	3 820,99 €		
44.5.3.38	MUROS E PAREDES NA CARREIRA DE S. FRANCISCO E NA R. DE MOÇAMBIQUE	5 811,87 €		
44.5.3.39	ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES NO JARDIM PÚBLICO			6 792,98 €
44.5.3.40	REDE ABAST. DE ÁGUA NA RUA DAS CORTIÇADAS EM CORTIÇADAS DE LAVRE			23 662,12 €
44.5.3.42	REABILITAÇÃO/AUTOMATIZAÇÃO FUNCIONAMENTO ABASTECIMENTO ÁGUA NºS.VISITAÇÃO-F. CORTIÇO	16 045,00 €		
44.5.3.43	CONSTRUÇÃO ACESSOS PEDONAIS - LOTEAMENTO MUNICIPAL SILVEIRAS	42 786,50 €		
44.5.3.45	LAVRE - CONSTRUÇÃO DE MURO CONTENÇÃO NA TRAVESSIA EB1/JI DE LAVRE	8 591,71 €		
44.5.3.46.2	IMPLEM DISP PROTEÇÃO ANIMAL/BENEF EM 535 ESCOURAL/S.CRISTOV-DISPOSITIVOS PROTEÇÃO			16 622,81 €
44.5.3.47	MEDIDAS ACALMIA TRÁFEGO R. FERNANDO NAMORA - CONST PASSAGEM PEÕES			10 865,80 €
44.5.3.50	REDE VIÁRIA EM TERRA BATIDA			73 744,00 €
44.	TOTAL	1 804 778,76 €	772 451,80 €	1 292 149,88 €

O município tem um número significativo de terrenos cedidos em direito de superfície que não se encontram valorizados nem registados na conta 414. De igual modo o valor recebido por essas cedências, algumas das quais em períodos anteriores à entrada em vigor do POCAL, foram indevidamente tratadas como proveitos desse exercício não se tendo registado a operação em proveitos a diferir para reconhecer de modo sistemático durante o período de vida do contrato. Trata-se de matéria a corrigir de modo a refletir a sua materialidade no balanço do próximo exercício. Os lotes reversíveis, embora não valorizados encontram-se integralmente identificados no património do município.

2.13 - Bens utilizados em regime de locação financeira

Durante o exercício de 2017 não foram adquiridos bens em regime de locação financeira.

Os contratos em vigor representam uma dívida de 102.285 euros, dos quais se vencem em 2018, 67.762 euros.

Os valores atrás referidos correspondem a dois contratos de locação financeira: Autocarro e Viatura Pesada de RSU.

2.14 - Bens do imobilizado

Para além das peças de arte integradas no património municipal, encontram-se por valorizar alguns bens móveis e máquinas de pequeno valor integradas no inventário inicial, bem como os terrenos cedidos em direito de superfície e os terrenos do domínio público, nomeadamente afetos a ruas, praças e vias.

2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização

Para além dos elementos atrás descritos, não estão amortizados os bens não sujeitos a amortização, terrenos e bens do património histórico.

2.16 - Entidades participadas

Entidades Societárias

Não existem

Entidades não Societárias

Un: Euro

	NPC	CD Jurídico	CAE	Contribuição Anual	Data constituição
Associação Nacional dos Municípios Portugueses	501627413	AM	94110	4.815,78	30-03-1985
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	502131047	AMFE	91333		22-07-1988
Associação de Municípios Gestão Pública Água do Alentejo	509693342	AM	36001		25-09-2009
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	509364390	AM	84113	84.555,20	03-08-2008

2.17 - «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria»

Não existem.

2.18 - Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não existem.

2.19 - Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Conforme já referido procedeu-se a uma análise de existências sem rotação pelo que, para o valor total considerado em stock na classe 3 no montante de 278.618,00 euros, foi constituída uma provisão de 109.777,00 euros, sendo de referir que, embora estes artigos constem da contagem física efetuada no final do exercício, certo é que muitos destes artigos persistem em stock mas sem efetiva utilidade para aplicar no município, já que, entre outros existem peças de manutenção de viaturas que já não existem no imobilizado. Para melhorar a qualidade desta informação os serviços irão proceder à sua efetiva classificação em sucata e proceder ao seu abate, ou à sua alienação pelo valor atual de mercado.

2.20 – Atribuição de valor inferior – Ativo circulante

No ativo circulante – Procedeu-se ao registo da dívida de impostos diretos reportada pela Autoridade Tributária e Aduaneira a 31 de dezembro de 2016, sendo este valor considerado na sua totalidade em cobrança duvidosa.

Nos termos do número 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as Autarquias Locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais.

Estes valores poderão ser declarados de forma agregada se cumprirem as regras constantes no número 1 do mesmo artigo, caso contrário apresenta-se a identificação da dívida. Os valores são referentes a 31/12/2016.

Tendo em conta o *supra* referido, foram encontrados 4 registos:

ANO	IMPOSTO	NÚMERO DA NOTA DE COBRANÇA (DUC)	PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO (QUANTIA EXEQUENDA) *
2016	IMI	Valores Agregados **	126.387,96
2016	IMT	021579803	53,87
2016	IMT	Valores Agregados **	22.279,96
2016	IUC	Valores Agregados **	68.472,87

* Os valores de CA e SISA indicados não contemplam eventuais valores em débito que o Município tenha em conta corrente com o Estado no âmbito dos Tributos referidos.

** Nos termos do N.º 1 do Artigo 17.º, Decreto-Lei nº 127/2012

De igual modo procedeu-se à transferência para cobrança duvidosa de todos os recibos emitidos pela aplicação de águas e cujo prazo de vencimento se encontrava ultrapassado.

Por fim, em relação aos subsídios reembolsáveis concedidos pelo município e cujo pagamento se encontra em atraso, foi igualmente constituída provisão, representando o custo do exercício 318 mil euros.

67.1	Para cobranças duvidosas	318 461,41 €
------	--------------------------	--------------

2.21 - Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Tratado na depreciação de existência

2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros

O conjunto de dívidas comerciais em mora foram transferidas para cobrança duvidosa e sobre elas procedeu-se à constituição de provisões nos termos estabelecidos no POCAL. Além destas, foi constituída uma provisão pelo valor integral da dívida proveniente do alcance ocorrido na tesouraria e foi ainda constituída provisão para os subsídios reembolsáveis em atraso conforme quadro seguinte:

Código	Conta	Dívida	Provisão
28.	Empréstimos concedidos	19 474,73 €	13 822,55 €
21.8	Clientes, Contrib e Utentes de Cobrança Duvidosa	343 114,90 €	337 114,90 €
21.8.1.1	Cobranças em atraso - individual	35 844,49 €	
21.8.1.2	Cobranças em atraso - colectiva	90 075,75 €	
21.8.1.3	Cobranças em atraso - Impostos diretos	217 194,66 €	
26.8.1.1	Devedores das Administrações Publicas	8 179,32 €	
26.8.2	Devedores Transferências p/ as Autarquias	36 086,40 €	
26.8.8	Devedores diversos	343 625,23 €	291 329,10 €
26.8.9.9.01	Operações orçamentais	907,44 €	

2.23 - Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia local

Não existem.

2.24 - Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem

Não existem.

2.25 - Dívidas ao Estado em situação de mora

Não existem.

2.26 – Garantias e cauções prestadas

No mapa anexo ao presente relatório pode ser acompanhado o movimento anual das contas de ordem, nas contas da classe 0, no período de 2017.

Mapa das Contas de Ordem							
Cod. Conta	Designação	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
		Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
09.	CONTAS DE ORDEM	536 231,44	536 231,44	110 029,79	110 029,79	-	-
09.1	GARANTIAS E CAUÇÕES	-	534 969,22	32 938,19	75 810,41	-	577 841,44
09.1.1	CAUÇÕES	-	77 272,82	28 322,76	29 451,03	-	78 401,09
09.1.1.1	CAUÇÕES PRESTADAS	-	77 272,82	-	29 451,03	-	106 723,85
09.1.1.2	CAUÇÕES ACCIONADAS	-	-	-	-	-	-
09.1.1.3	CAUÇÕES DEVOLVIDAS	-	-	28 322,76	-	28 322,76	-
09.1.2	GARANTIAS	-	457 696,40	4 615,43	46 359,38	-	499 440,35
09.1.2.1	GARANTIAS PRESTADAS	-	457 696,40	-	46 359,38	-	504 055,78
09.1.2.2	GARANTIAS ACCIONADAS	-	-	-	-	-	-
09.1.2.3	GARANTIAS DEVOLVIDAS	-	-	4 615,43	-	4 615,43	-
09.2	RECIBOS VIRTUAIS/RECIBOS PARA COBRANÇA	1 262,22	-	18,97	1 262,22	18,97	-
09.2.1	RECEITA VIRTUAL LIQUIDADA	1 262,22	-	18,97	-	1 281,19	-
09.2.2	RECEITA VIRTUAL COBRADA	-	-	-	-	-	-
09.2.3	RECEITA VIRTUAL ANULADA	-	-	-	1 262,22	-	1 262,22
09.9	CONTAS REFLECTIDAS	534 969,22	1 262,22	77 072,63	32 957,16	577 822,47	-
09.9.1	Cauções reflectidas	77 272,82	-	29 451,03	28 322,76	78 401,09	-
09.9.2	Garantias reflectidas	457 696,40	-	46 359,38	4 615,43	499 440,35	-
09.9.3	Receita virtual reflectida	-	1 262,22	1 262,22	18,97	-	18,97
	Total	536 231,44	536 231,44	110 029,79	110 029,79		

2.27 – Provisões acumuladas

Ver nota 2.22.

2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Os movimentos ocorridos na classe 5 resultaram para além do incremento respeitante ao Resultado Líquido do Exercício de 2016, em várias correções aos resultados de exercícios anteriores, constituindo a mais relevante a resultante do facto de termos aplicado o princípio de especialização ao IMI implicando transitar para 2016 o valor cobrado em 2017.

		Débito	Crédito
57.2 - Reservas estatutárias	CORREÇÃO DO MOVIMENTO EFETUADO EM 2016 (NLC 2695) RELATIVO À "APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2015"	90 648,26 €	
57.4 - Reservas livres	CORREÇÃO DO MOVIMENTO EFETUADO EM 2016 (NLC 2695) RELATIVO À "APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2015"		90 648,26 €
57.6 - Doações	TERRENO - P/ ETAR - S. CRISTÓVÃO ESCRITURA DOAÇÃO 185-F		2 100,00 €
59 - RESULTADOS TRANSITADOS	GUIA DE REPOSIÇÃO Nº1 - PAGAMENTO EM DUPLICADO - op Nº5720/2016 E Nº36/2017	- €	54,00 €
	OPF 363/2017	- €	141,00 €
	REQUISICÃO DE CHEQUES - RB CONTA 138 2006-09.21, REQ - 2017/1034	528,60 €	- €
	COMISSÃO BANCÁRIA RB CONTA 138 - 24-06-2011, REQ - 2017/1035	0,98 €	- €
	COMISSÃO CX LEASING RB CONTA 138 - 20-04-2011, REQ - 2017/1036	18,45 €	- €
	COMISSÃO DE TRANSFª RB CONTA 138 - 22-06-2009, REQ - 2017/1037	0,58 €	- €
	COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO DE CHEQUE RB CONTA 138 - 18-12-2006, REQ - 2017/1038	14,10 €	- €
	COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO DE CHEQUE RB CONTA 138 - 14-06-2004, REQ - 2017/1039	8,17 €	- €
	COMISSÃO DEVOLUÇÃO CHEQUE RB CONTA 138 - 05-03-2004, REQ - 2017/1040	8,17 €	- €
	COMISSÃO DE DEVOLUÇÃO DE CHEQUE RB CONTA 138 - 09-09-2002, REQ - 2017/1041	7,78 €	- €
	CORREÇÃO AO EXERCÍCIO DE 2013 - INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO E PLUVIAIS - RUA DA JANELINHA - ERRO POR LANÇAMENTO A CUSTO	- €	155 355,75 €
	Correção à fatura 4542;2016;A292. Imobilizado em curso	- €	2 927,40 €
	CORREÇÃO A 2015. FISCALIZAÇÃO EMPREITADA OFICINA DA CRIANÇA	- €	64 978,11 €
	CORREÇÃO AO VALOR EMPREITADA FUROS CAPTAÇÃO IMOB EM CURSO BI 2013-A004	- €	14 589,98 €
	APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2016	1 029 492,66 €	- €
	CORREÇÃO ESTIMATIVA DO CUSTO DAS FÉRIAS E SUB DE FÉRIAS DE 2017 (CUSTO DE 2016 NTL 3177)	- €	6 254,42 €
	ESPECIALIZAÇÃO DO IMI.PELA LIQUIDAÇÃO DE 2017 RELATIVA A PERÍODOS ANTERIORES E LANÇADO NA 7211.	- €	1 157 595,55 €
	TRANSF PARA RES TRANSITADOS FINANCIAMENTO 27.4.5.1.1.1.21 POR SE TRATAR DE FINANCIAMENTO A DESPESAS CORRENTES	- €	94 521,83 €
	REGULARIZAÇÃO FINANCIAMENTO ETAR SILVEIRAS DIRETO REGULARIZAÇÕES	- €	79 517,37 €
	IMPOSTOS DIRETOS EM ATRASO DE LIQUIDAÇÃO DE 2016	- €	217 194,66 €

2.29 - Custo de mercadorias e de matérias-primas

No mapa abaixo pode verificar-se o apuramento relativamente ao custo das matérias-primas e subsidiárias do ano 2017:

Custo das Matérias-Primas Vendidas e Consumidas

Un: Euro

	Matérias Primas	Matérias Subsidiárias	Outros	Total
Existências Iniciais	37.225,01	95.026,96	151.869,22	284.121,19
Compras	19.345,65	35.644,61	99.127,91	154.118,17
Regularizações de Existências	-2.098,59	-1.430,55	-4.562,32	-8.091,46
Existências Finais	29.283,95	97.876,30	151.458,06	278.618,31
CUSTO NO EXERCÍCIO	25.188,12	31.364,72	94.976,75	151.529,59

2.30 - Demonstrações das variações de produção

Não existem.

2.31 – Demonstração dos resultados

Un: Euro

Código	2017	2016	2015	2014	2013	2012
Custos e perdas						
61 C M V M C	151 529,64 €	141 640,79 €	126 852,52 €	603 467,02 €	37 789,01 €	48 933,26 €
62 Fornecimentos e serviços externos	4 627 569,90 €	4 116 264,89 €	3 945 353,39 €	4 471 480,97 €	4 790 413,05 €	5 373 581,02 €
641+642 Remunerações	4 980 984,14 €	4 872 646,34 €	5 005 065,85 €	5 068 719,33 €	5 075 346,16 €	5 476 688,86 €
643 a 648 Encargos sociais	1 562 425,06 €	1 367 383,18 €	1 400 344,89 €	1 604 537,96 €	1 436 181,30 €	1 053 517,59 €
66 Amortizações	3 691 472,77 €	3 690 782,04 €	843 097,00 €	1 023 683,08 €	589 198,44 €	538 869,91 €
67 Provisões do exercício	428 238,05 €	283 945,14 €	- €	- €	- €	- €
63 Transferência / subsídios concedidos	1 548 324,85 €	1 669 824,39 €	1 434 159,53 €	1 454 931,92 €	1 419 140,22 €	1 011 013,23 €
65 Outros custos / Perdas operacionais	908 657,82 €	646 958,74 €	494 969,95 €	120 265,98 €	28 773,91 €	4 748,32 €
(A)	17 899 202,23 €	16 789 445,51 €	13 249 843,13 €	14 347 086,26 €	13 376 842,09 €	13 507 352,19 €
68 Custos / Perdas Financeiros	21 732,85 €	44 140,93 €	27 683,39 €	99 327,17 €	37 883,28 €	60 346,71 €
(C)	17 920 935,08 €	16 833 586,44 €	13 277 526,52 €	14 446 413,43 €	13 414 725,37 €	13 567 698,90 €
69 Custos / Perdas Extraordinários	1 688 674,32 €	1 069 956,35 €	1 286 271,22 €	938 023,27 €	818 925,44 €	498 922,14 €
(E)	19 609 609,40 €	17 903 542,79 €	14 563 797,74 €	15 384 436,70 €	14 233 650,81 €	14 066 621,04 €
88 Resultados líquidos do exercício	- 1 520 337,81 €	- 1 029 492,66 €	1 812 965,24 €	223 906,42 €	1 725 575,90 €	1 869 507,17 €
Total	18 089 271,59 €	16 874 050,13 €	16 376 762,98 €	15 608 343,12 €	15 959 226,71 €	15 936 128,21 €
Proveitos e ganhos						
71 Vendas / Prestações de serviços	2 218 030,09 €	2 069 160,54 €	2 003 524,64 €	1 409 797,13 €	1 748 529,12 €	1 808 862,24 €
72 Impostos e taxas	2 521 581,03 €	2 515 748,15 €	2 265 033,32 €	2 487 426,49 €	2 394 942,56 €	2 435 030,38 €
75 Trabalhos / Própria entidade	- €	- €	- €	- €	- €	- €
73 Proveitos suplementares	14 660,46 €	15 581,07 €	11 777,96 €	9 502,21 €	15 547,59 €	- €
74 Transferências / Subsídios obtidos	11 058 171,80 €	10 777 773,47 €	10 769 967,09 €	10 266 651,13 €	10 503 093,89 €	10 240 300,35 €
76 Outros proveitos / Ganhos operacionais	8 459,89 €	8 737,32 €	9 544,83 €	3 092,07 €	11 013,80 €	488 501,65 €
(B)	15 820 903,27 €	15 387 000,55 €	15 059 847,84 €	14 176 469,03 €	14 673 126,96 €	14 972 694,62 €
78 Proveitos / Ganhos Financeiros	1 050 822,67 €	1 137 938,38 €	1 065 789,85 €	1 172 625,79 €	1 088 519,33 €	783 716,73 €
(D)	16 871 725,94 €	16 524 938,93 €	16 125 637,69 €	15 349 094,82 €	15 761 646,29 €	15 756 411,35 €
79 Proveitos / Ganhos extraordinários	1 217 545,65 €	349 111,20 €	251 125,29 €	259 248,30 €	197 580,42 €	179 716,86 €
(F)	18 089 271,59 €	16 874 050,13 €	16 376 762,98 €	15 608 343,12 €	15 959 226,71 €	15 936 128,21 €
Total	18 089 271,59 €	16 874 050,13 €	16 376 762,98 €	15 608 343,12 €	15 959 226,71 €	15 936 128,21 €
RESUMO						
Resultados operacionais =(B)-(A)	- 2 078 298,96 €	- 1 402 444,96 €	1 810 004,71 €	- 170 617,23 €	1 296 284,87 €	1 465 342,43 €
Resultados financeiros =[(D-B)]-[(C-A)]	1 029 089,82 €	1 093 797,45 €	1 038 106,46 €	1 073 298,62 €	1 050 636,05 €	723 370,02 €
Resultados correntes =(D)-(C)	- 1 049 209,14 €	- 308 647,51 €	2 848 111,17 €	902 681,39 €	2 346 920,92 €	2 188 712,45 €
Resultado líquido do exercício = (F)-(E)	- 1 520 337,81 €	- 1 029 492,66 €	1 812 965,24 €	223 906,42 €	1 725 575,90 €	1 869 507,17 €

O quadro comparativo da evolução no período de 2012 a 2017 da demonstração de resultados evidência os seguintes aspetos como mais relevantes:

- ✓ O desvio significativo no exercício de 2014 na aquisição de CMVCM – Custo das Matérias Primas Vendidas e Consumidas;
- ✓ Um crescimento considerável na aquisição de bens e serviços em 2017 relativamente aos dois exercícios anteriores, mas ainda inferior aos valores registados em 2012 e 2013;
- ✓ Uma ligeira recuperação das despesas com pessoal que ainda se mantêm inferiores aos valores registados em 2012;

- ✓ Uma estabilização das amortizações face ao exercício anterior, mas com valores significativamente mais altos que nos períodos de 2012 a 2015 espelhando o processo de regularização efetuado no imobilizado no ano de 2016;
- ✓ O início do processo de constituição de provisões apenas em 2016 e que só em 2017 passaram a abranger o universo das situações em imparidade;
- ✓ Uma constante redução dos custos financeiros;
- ✓ Uma subida constante dos custos extraordinários, principalmente em resultado das correções e melhorias que têm vindo a ser integradas no processo contabilístico;
- ✓ Um crescimento apreciável da venda de bens e serviços, em simultâneo com a estagnação da rubrica de impostos e taxas;
- ✓ Um acentuado crescimento dos proveitos extraordinários como resultado do aprofundamento da especialização de subsídios ao investimento

		2017 / 2016	2017 / 2015	2017 / 2014	2017 / 2013	2017 / 2012
61	C M V M C	7,0%	19,5%	-74,9%	301,0%	209,7%
62	Fornecimentos e serviços externos	12,4%	17,3%	3,5%	-3,4%	-13,9%
641+642	Remunerações	2,2%	-0,5%	-1,7%	-1,9%	-9,1%
643 a 648	Encargos sociais	14,3%	11,6%	-2,6%	8,8%	48,3%
66	Amortizações	0,0%	337,8%	260,6%	526,5%	585,0%
67	Provisões do exercício	50,8%				
63	Transferência / subsídios concedidos	-7,3%	8,0%	6,4%	9,1%	53,1%
65	Outros custos / Perdas operacionais	40,5%	83,6%	655,5%	3057,9%	19036,4%
	(A)					
68	Custos / Perdas Financeiros	-50,8%	-21,5%	-78,1%	-42,6%	-64,0%
	(C)					
69	Custos / Perdas Extraordinários	57,8%	31,3%	80,0%	106,2%	238,5%
	(E)					
88	Resultados líquidos do exercício	47,7%	-183,9%	-779,0%	-188,1%	-181,3%
	Total					
	Proveitos e ganhos					
71	Vendas / Prestações de serviços	7,2%	10,7%	57,3%	26,9%	22,6%
72	Impostos e taxas	0,2%	11,3%	1,4%	5,3%	3,6%
75	Trabalhos / Própria entidade					
73	Proveitos suplementares	-5,9%	24,5%	54,3%	-5,7%	
74	Transferências / Subsídios obtidos	2,6%	2,7%	7,7%	5,3%	8,0%
76	Outros proveitos / Ganhos operacionais	-3,2%	-11,4%	173,6%	-23,2%	-98,3%
	(B)					
78	Proveitos / Ganhos Financeiros	-7,7%	-1,4%	-10,4%	-3,5%	34,1%
	(D)					
79	Proveitos / Ganhos extraordinários	248,8%	384,8%	369,6%	516,2%	577,5%
	(F)					
	Total	7,2%	10,5%	15,9%	13,3%	13,5%

O resultado do exercício situa-se em -1.520,337,81 euros, com resultados operacionais antes de depreciação e provisões positivas em 2.041.411,86 euros.

2.32 - Demonstração de resultados financeiros

Demonstração de Resultados Financeiros

Un: Euro

Custos e perdas			Proveitos e ganhos		
	n	n-1		n	n-1
681 - JUROS SUPOSTOS	12 519,20 €	31 377,88 €	781 - JUROS OBTIDOS	18,23 €	83,68 €
682 - PERDAS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	- €	- €	782 - GANHOS EM ENTIDADES PARTICIPADAS	- €	- €
683 - AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	783 - RENDIMENTOS DE IMÓVEIS	1 050 108,76 €	1 137 854,70 €
684 - PROVISÕES PARA PLICAÇÕES FINANCEIRAS	- €	- €	784 - RENDIMENTOS DE PARTICIPAÇÕES DE CAPITAL	695,68 €	- €
685 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO DESFAVORÁVEIS	- €	- €	785 - DIFERENÇAS DE CÂMBIO FAVORÁVEIS	- €	- €
687 - PERDAS NA ALIENAÇÃO DE APLICAÇÕES DE TESOURARIA	- €	- €	786 - DESC. DE PTO. PAGAMENTO OBTIDOS	- €	- €
688 - OUTROS CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	9 213,65 €	12 763,05 €	787 - GANHOS NA ALIEN. APLIC. TESOURARIA	- €	- €
RESULTADOS FINANCEIROS	1 029 089,82 €	1 093 797,45 €	788 - OUTROS PROV. E GANHOS FINANCEIROS	- €	- €
	1 050 822,67 €	1 137 938,38 €		1 050 822,67 €	1 137 938,38 €

Comparando os resultados financeiros com o ano de 2016, verificou-se um ligeiro decréscimo de 70 mil euros.

2.33 - Demonstração de resultados extraordinários

Demonstração de Resultados Extraordinários

Un: Euro

Custos e perdas			Proveitos e ganhos		
	n	n-1		n	n-1
691 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL CONCEDIDAS	943 286,81 €	698 821,23 €	791 - RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS	- €	- €
692 - DÍVIDAS INCOBRÁVEIS	- €	- €	792 - RECUPERAÇÃO DE DÍVIDAS	- €	- €
693 - PERDAS EM EXISTÊNCIAS	7 966,95 €	228,48 €	793 - GANHOS EM EXISTÊNCIA	271,76 €	- €
694 - PERDAS EM IMOBILIZAÇÕES	526 680,14 €	- €	794 - GANHOS IMOBILIZAÇÕES	937 771,76 €	82 084,15 €
695 - MULTAS E PENALIDADES	21 545,46 €	1 042,50 €	795 - BENEFÍCIOS PENAL. CONTRATUAIS	6 843,21 €	14 554,85 €
696 - AUMENTOS AMORTIZ. PROVISÕES	- €	239 860,00 €	796 - REDUÇÕES AMORT. PROVISÕES	- €	- €
697 - CORREÇÕES REL. EXERC. ANTERIORES	49 720,53 €	- €	797 - CORREÇÕES RELAT. EXERC. ANTERIORES	39 528,40 €	38 953,57 €
698 - OUTROS CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	139 474,43 €	130 004,14 €	798 - OUTROS PROV. GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	233 130,52 €	213 518,63 €
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	- 471 128,67 €	- 720 845,15 €			
	1 217 545,65 €	349 111,20 €		1 217 545,65 €	349 111,20 €

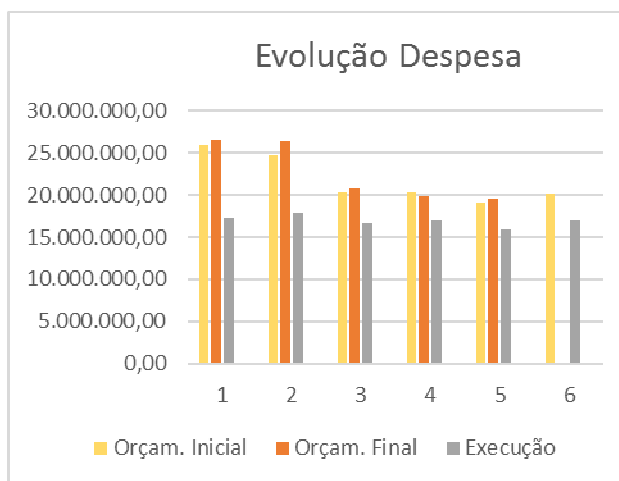
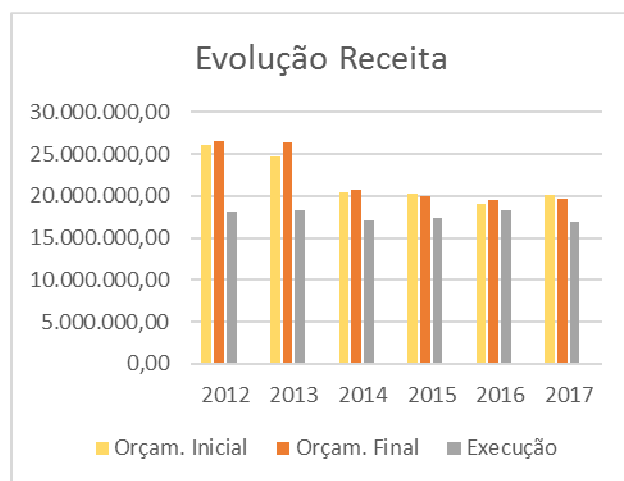
As variações são fruto de correções, resultantes nomeadamente do registo pelo VPT de lotes que se encontravam registados na matriz originária, anterior ao processo de loteamento.

3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

3.1. Evolução do orçamento

No quadro seguinte podem observar-se as dotações iniciais e as corrigidas dos orçamentos dos anos compreendidos entre 2012 e 2017.

Evolução Orçamental									Un: Euro
Ano	Receita				Despesa				
	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec	Orçam. Inicial	Orçam. Final	Execução	% Exec	
2012	25.999.271,00	26.510.186,46	18.115.239,33	68,33	25.999.271,00	26.510.186,46	17.233.813,77	65,01	
2013	24.730.420,00	26.322.761,02	18.264.142,29	69,39	24.730.420,00	26.322.761,02	17.899.342,80	68,00	
2014	20.377.463,00	20.777.549,20	17.032.012,69	81,97	20.377.463,00	20.777.549,20	16.715.338,47	80,45	
2015	20.344.988,10	19.930.000,00	17.303.110,36	86,62	20.344.985,10	19.930.000,00	16.951.581,87	85,06	
2016	19.101.202,67	19.522.803,44	18.284.970,93	93,66	19.101.202,67	19.522.803,44	15.909.666,51	81,49	
2017	20.119.090,70	19.680.298,51	16.894.307,56	85,80	20.119.090,70	19.679.602,51	16.921.355,10	85,98	



Desde 2014 que a receita orçamentada se tem mantido com valores idênticos, tanto nas suas dotações iniciais aprovadas bem como na sua dotação final, evidenciando níveis de execução sempre superiores a 85%.

Em 2017 a despesa viu um acréscimo das suas dotações iniciais, corrigidas e executadas.

O ano encerrou com uma execução crescente em 4,49% comparativamente a 2016 e correspondente a um crescimento de 1.011.688,59 euros.

Aqueles valores orçados foram ajustados no decorrer do ano 2017, através de modificações orçamentais, quer tenham sido alterações ou revisões, no sentido de ajustar as rubricas económicas com valores insuficientes e até para as situações não previstas, mantendo permanentemente o equilíbrio orçamental.

3.2. Análise geral

Un: Euro

	Receita				Despesa			
	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Corrente	16.426.074,00	16.021.236,24	15.809.054,82	98,68%	12.770.310,00	14.755.684,27	13.829.688,89	93,72%
Capital	3.673.016,70	1.240.759,00	1.053.787,73	84,93%	7.348.780,70	4.923.918,24	3.091.666,21	62,79%
Outras	20.000,00	2.418.303,27	31.465,01	157,33%				
Total	20.119.090,70	19.680.298,51	16.894.307,56	85,84%	20.119.090,70	19.679.602,51	16.921.355,10	85,98%

O Orçamento Municipal para 2017 foi aprovado em 20.119.090,70 euros.

Foi revisto por 40 alterações orçamentais e 2 revisões, uma das quais integrou o saldo da gerência anterior em 2.398.303,27 euros, e o valor final do orçamento situou-se em 19.680.298,51 euros.

As receitas totalizaram o valor de 16.894.30,56 euros contrapondo com 16.921.355,10 euros na despesa. A diferença foi de apenas 27.047,54 euros, sendo as suas taxas de execução muito semelhantes: na receita de 85,84% e na despesa de 85,98%.

3.3. Receita

O Orçamento da receita de 2017 apresentou um grau de execução da receita efetiva de 98%.

Un: Euro

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Receitas Correntes	16.426.074,00	16.021.236,24	15.809.054,82	99%
Impostos diretos	2.419.100,00	2.304.986,24	2.320.031,82	101%
Impostos indiretos	39.600,00	39.610,00	41.476,00	105%
Taxas, multas e outras penalidades	136.850,00	136.860,00	191.589,96	140%
Rendimentos de propriedade	1.085.200,00	841.956,00	1.128.960,17	134%
Transferências correntes	10.450.674,00	10.450.674,00	10.073.132,92	96%
Vendas de bens e serviços correntes	2.179.350,00	2.179.350,00	1.974.960,39	91%
Outras receitas correntes	115.300,00	67.800,00	78.903,47	116%
Receitas de Capital	3.673.016,70	1.240.759,00	1.053.787,73	85%
Venda de bens de investimento	32.900,00	32.900,00	203,25	1%
Transferências de capital	2.348.509,00	1.028.759,00	1.052.267,80	102%
Ativos financeiros	2.000,00	2.000,00	1.316,68	66%
Passivos financeiros	1.112.507,70	0,00	0,00	0%
Outras receitas de capital	177.100,00	177.100,00	0,00	0%
Outras receitas	20.000,00	2.418.303,27	2.429.768,28	100%
Total	20.119.090,70	19.680.298,51	19.292.610,74	98%

Na globalidade a receita obteve uma execução visivelmente aproximada do valor do orçamento corrigido.

A Venda de Bens de Investimento foi a rubrica em que a execução foi mínima de 1%, logo seguida dos Ativos Financeiros com 66%. Todas as restantes superaram uma execução de 85%, algumas excederam até os valores finais.

Estrutura da Receita

No quadro seguinte representa-se a evolução 2013-2017 da receita:

Un: Euro

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2013-2017	
						V. absoluta	%
Receitas Correntes	13.575.463,67	14.911.930,71	15.073.871,29	15.964.943,80	15.809.054,82	.233.591,15	11,58%
Impostos diretos	2.356.382,39	2.512.362,60	2.174.882,20	2.808,08	320.031,82	-36.350,57	-0,19%
Impostos indiretos	36.974,60	35.301,56	36.328,27	7.466,54	41.476,09	4.501,49	0,02%
Taxas, multas e outras penalidades	82.386,92	115.697,71	102.040,56	3.820,87	191.589,96	109.203,04	0,57%
Rendimentos de propriedade	828.661,11	1.332.890,76	896.683,80	4.702,42	128.960,17	300.299,06	1,56%
Transferências correntes	8.577.070,98	9.293.943,80	9.793.569,61	10.022,64	1073.132,92	.496.061,94	7,75%
Venda de bens e serviços correntes	1.536.278,80	1.460.907,78	1.944.080,91	5.385,92	974.960,39	438.681,59	2,27%
Outras receitas correntes	157.708,87	160.826,50	126.285,94	3.737,33	78.903,47	-78.805,40	-0,41%
Receitas de Capital	3.293.639,47	1.625.364,28	1.874.602,97	5.913,40	053.787,73	.239.851,74	-11,61%
Venda de bens de investimento	49.429,89	31.368,79	53.624,53	4.292,95	203,25	-49.226,64	-0,26%
Transferências de capital	3.190.049,46	1.592.495,49	1.782.514,59	1.641,50	052.267,80	.137.781,66	-11,08%
Ativos financeiros	9.915,11	1.500,00	839,41	1.954,56	1.316,68	-8.598,43	-0,04%
Passivos financeiros	0	0	0	1.994,63	0	0	0,00%
Outras receitas de capital	44.245,01	0	37.624,45	7.029,76	0	-44.245,01	-0,23%
Reposições	2.698,13	94.631,50	17.369,89	2.012,96	31.465,01	28.766,88	0,15%
Saldo da gerência anterior	1.392.341,02	400.086,20	337.266,21	1.100,77	398.303,27	.005.962,25	5,21%
Total	18.264.142,29	17.032.012,69	17.303.110,36	14.970,93	292.610,83	.028.468,54	

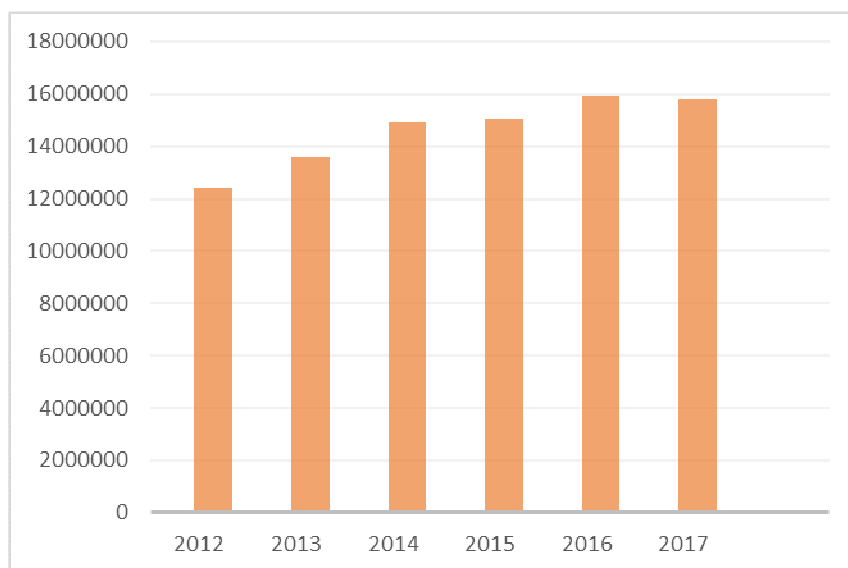
Muito embora o total de 2017 seja superior a 2013 em mais de 1 milhão, no balanço final o acréscimo mais significativo ocorreu ao nível das receitas correntes - transferências correntes, sem desconsiderar o valor transitado da gerência anterior. Já nas rubricas que influenciaram de forma negativa esta variação destacam-se as receitas de capital – transferências de capital.

Nas restantes rubricas as alterações quer negativas quer positivas são de pouco significado numérico.

3.4. Receitas correntes

A receita corrente tem vindo numa linha crescente desde 2012, mesmo que se reconheça uma ligeira descida de 2016 para 2017 (-155.888,98€).

Evolução das Receitas Correntes



Estrutura da Receita Corrente

É na rubrica das Outras Receitas Correntes que se consegue apurar a grande diferença negativa entre 2016 e 2017, sendo a diferença na forma positiva identificada nas taxas, Multas e Outras Penalidades.

Neste capítulo deve-se destacar a redução na receita de rendimentos de propriedade em contrapartida pelos impostos indiretos que subiram embora que ligeiramente.

Un: Euro

Designação	2016	2017	Variação 2017-2016		Previsões Corrigidas	Desvio Execução
			V. Absoluta	%		
Impostos diretos	2.389.808,08	2.320.031,82	-69.776,26	-2,92	2.304.986,24	15.045,58
Impostos indiretos	37.466,54	41.476,09	4.009,55	10,70	39.610,00	1.866,09
Taxas, multas e outras penalidades	123.820,87	191.589,96	67.769,09	54,73	136.860,00	54.729,96
Rendimentos de propriedade	1.384.702,42	1.128.960,17	-255.742,25	-18,47	841.956,00	287.004,17
Transferências correntes	9.840.022,64	10.073.132,92	233.110,28	2,37	10.450.674,00	-377.541,08
Venda de bens e serviços correntes	2.035.385,92	1.974.960,39	-60.425,53	-2,97	2.179.350,00	-204.389,61
Outras receitas correntes	153.737,33	78.903,47	-74.833,86	-48,68	67.800,00	11.103,47
Total	15.964.943,80	15.809.054,82	-155.888,98	-0,98	16.021.236,24	-212.181,42

O quadro seguinte avalia a evolução da receita dos Impostos Diretos (2012-2017):

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	1.151.635,27	1.216.161,37	1.234.384,56	1.173.012,33	1.151.942,18	1.192.833,04
Imposto Único de Circulação (IUC)	278.398,48	350.571,90	314.874,82	303.111,10	307.291,14	333.335,03
Imposto Municipal s/ Transações Onerosas de Imóveis (IMT)	702.035,54	618.751,59	757.371,29	504.567,47	702.842,95	720.549,31
Derrama	208.617,82	170.897,53	205.731,93	194.191,30	227.731,81	73.314,44
Total	2.340.687,11	2.356.382,39	2.512.362,60	2.174.882,20	2.389.808,08	2.320.031,82

Quanto às Transferências Correntes a receita resume-se no quadro seguinte (2012-2017):

Un: Euro						
Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	5.493.318,00	7.590.480,00	8.253.599,00	8.551.680,00	8.669.630,00	8.977.585,00
Fundo Social Municipal (FSM)	226.127,00	226.127,00	226.127,00	281.186,00	281.186,00	281.186,00
Participação Variável no IRS	755.495,00	442.486,00	454.327,00	542.643,00	538.316,00	496.903,00
Outras	296.586,43	294.590,97	359.890,80	294.718,01	303.205,19	301.479,44
Participação Comunitária / Projetos Co-Financiados	17.199,08	23.387,01	0	123.342,60	43.736,85	0,00
Serviços e Fundos Autónomos					3.948,60	15.979,48
Total	6.788.725,51	8.577.070,98	9.293.943,80	9.793.569,61	9.840.022,64	10.073.132,92

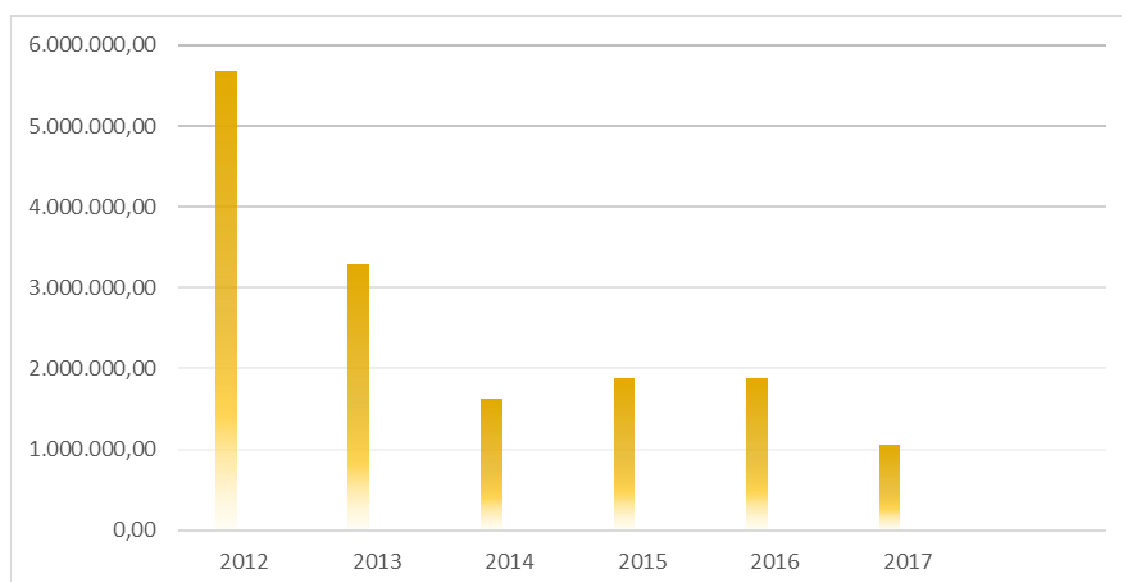
De realçar a inexistência de valores registados na Participação Comunitária, em contrapartida de um aumento em cerca de 300.000,00 euros na no FEF.

Na parcela de Serviços e Fundos Autónomos o valor mencionado corresponde transferências efetuadas pelo Agrupamento de Escolas e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

3.5. Receitas de capital

Verificou-se um decréscimo nas receitas de capital comparativamente a 2016 em cerca de 833.125,67 euros, situação que tem sido contínua desde 2012.

Evolução das Receitas de Capital



Estrutura da Receita de Capital

Foi apurado que em todas as rubricas de capital ocorreu uma variação negativa comparativamente a 2016, podemos ainda realçar o facto de não se ter recebido qualquer parcela do empréstimo MLP contratado. Assim, as receitas de capital sofreram uma redução total em cerca de -833.125,67 euros.

Un: Euro

Receitas de Capital	2016	2017	Variação 2017-2016		Previsões Corrigidas	Desvio Execução
			V. absoluta	%		
Venda de bens de investimento	4.292,95	203,25	-4.089,70	-95,27	32.900,00	-32.696,75
Transferências de capital	1.381.641,50	1.052.267,80	-329.373,70	-23,84	1.028.759,00	23.508,80
Ativos Financeiros	1.954,56	1.316,68	-637,88	-32,64	2.000,00	-683,32
Passivos financeiros	491.994,63	0,00	-491.994,63	-100,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	7.029,76	0,00	-7.029,76	-100,00	177.100,00	-177.100,00
Total	1.886.913,40	1.053.787,73	-833.125,67	-351,74	1.240.759,00	-186.971,27

Este ano o valor do FEF - capital sofreu um ligeiro acréscimo (34.217,00 euros) relativamente a 2016, no entanto pelo quadro resumo é visível a contínua redução de valores tendo-se verificado um diferencial 2012-2017 em cerca de -2.445.596,00 euros.

As receitas do Quadro Comunitário apenas correspondem a acertos finais dos projetos concluídos.

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Capital)	3.443.105,00	1.878.057,00	910.111,00	950.187,00	963.292,00	997.509,00
Outras	0	2.453,16	15.187,27	28.640,41	0	10.122,59
Participação Comunitária / Projetos Co - Financiados (Capital)	2.206.695,66	1.309.539,30	667.197,22	803.687,18	418.349,50	44.636,21
Total	5.649.800,66	3.190.049,46	1.592.495,49	1.782.514,59	1.381.641,50	1.052.267,80

3.6. Despesa

Foi de 86% o nível da execução da despesa, o que equivale a dizer 16.921.355,10 euros de pagamentos, conforme se verifica no quadro seguinte.

Os compromissos assumidos no exercício totalizaram 19.194.69,42 euros.

Orçamento da Despesa

Un: Euro

Designação	Orç. Inicial	Orç. Final	Execução	% Exec.
Despesas Correntes	12.770.310,00	14.755.684,27	13.829.688,89	70%
Despesas com o pessoal	6.591.480,00	6.373.702,02	6.353.911,82	32%
Aquisição de bens e serviços	4.061.050,00	5.321.337,76	4.650.570,85	24%
Juros e outros encargos	62.130,00	50.887,71	49.733,88	0%
Transferências correntes	1.369.650,00	1.729.755,72	1.560.444,19	8%
Outras Despesas correntes	686.000,00	1.280.001,06	1.215.028,15	6%
Despesas de Capital	7.348.780,70	4.923.918,24	3.091.666,21	16%
Aquisição de bens de capital	5.623.952,70	3.425.077,25	1.711.638,85	9%
Transferências de capital	1.388.500,00	1.168.573,70	1.049.760,07	5%
Ativos financeiros	132.828,00	126.877,00	126.877,00	1%
Passivos financeiros	203.500,00	203.390,29	203.390,29	1%
Outras Despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0%
Total	20.119.090,70	19.679.602,51	16.921.355,10	86%

Em resumo, as despesas correntes em 2017 perfizeram 13.829.688,89 euros correspondentes a uma taxa de execução de 93,7%, e as despesas de capital finalizaram com 3.091.666,21 euros numa execução de 62,8%.

Estrutura da Despesa

No quadro seguinte representa-se a evolução 2013-2017 da despesa:

Un: Euro

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2013-2017	
						V. absoluta	%
Despesas Correntes	12.185.311,54	13.087.759,73	12.853.179,25	12.940.414,35	13.829.688,89	1.644.377,35	9,72
Despesas com o pessoal	6.434.211,74	6.612.634,13	6.467.177,57	6.216.251,50	6.353.911,82	-80.299,92	0,00
Aquisição bens e serviços	4.067.182,54	4.797.112,99	4.344.756,21	4.174.869,31	4.650.570,85	583.388,31	0,03
Juros e outros encargos	76.691,44	113.724,39	37.610,89	12.501,89	49.733,88	-26.957,56	0,00
Transferências correntes	1.299.172,87	1.364.884,14	1.375.934,61	1.672.922,23	1.560.444,19	261.271,32	0,02
Outras despesas correntes	308.052,95	199.404,08	627.699,97	863.869,42	1.215.028,15	906.975,20	0,05
Despesas de Capital	5.714.031,26	3.627.578,74	4.098.402,62	2.969.252,16	3.091.666,21	-2.622.365,05	-0,15
Aquisição bens de capital	4.556.706,39	2.312.537,70	1.937.472,71	1.479.315,49	1.711.638,85	-2.845.067,54	-0,17
Transferências de capital	754.901,76	905.113,74	1.718.653,35	851.629,80	1.049.760,07	294.858,31	0,02
Ativos financeiros	0	5.272,62	122.828,00	122.828,00	126.877,00	126.877,00	0,01
Passivos financeiros	402.423,11	404.654,68	319.448,56	233.045,97	203.390,29	-199.032,82	-0,01
Outras despesas capital	0	0	0	282.432,90	0,00	0,00	0,00
Total	17.899.342,80	16.715.338,47	16.951.581,87	15.909.666,51	16.921.355,10	-977.987,70	

Contrariamente ao período anterior, 2017 foi um ano em que a despesa corrente e a despesa de capital sofreram um aumento nos seus valores de despesa paga. Ainda assim na evolução desde 2013 este ano a variação da execução foi negativa.

De uma forma global ocorreu um aumento entre 2016 e 2017, que se destaca maioritariamente nas rubricas correntes de aquisição de serviços, logo seguida das outras despesas correntes e ainda as despesas com pessoal.

Nas rubricas de capital a redução mais significativa surgiu nas outras despesas de capital, mas contrariamente na aquisição de bens de capital e nas transferências de capital verificou-se que aumentaram, justificando-se pela renovação de diversos equipamentos, nomeadamente para o Cine Teatro Curvo Semedo, e, principalmente pela aquisição de 2 aspiradores urbanos e uma varredoura, e ainda uma viatura elétrica. Acrescentem-se ainda os diversos projetos de execução/estudos prévios de obras que deverão iniciar no próximo ano.

Na avaliação do decurso da despesa podemos identificar que na globalidade ocorreu um aumento entre 2016 e 2017, quer dos compromissos (mais 1,293 milhões de euros); quer da despesa paga (mais 1,012 milhões de euros).

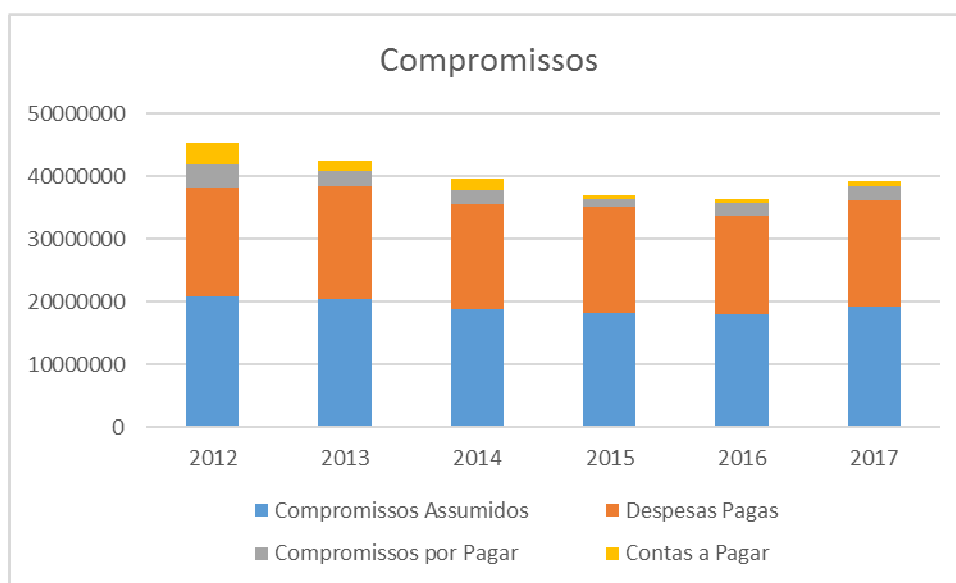
Comparativamente ao ano transato, os compromissos por pagar de 2017 aumentaram para 2,273 milhões euros.

Finalmente, as contas a pagar embora subindo para 1,734 milhões de euros mantêm-se muito longe do limite de endividamento, correspondendo a um indicador de apenas 19,3 pontos para um limite de 150 pontos.

Un: Euro

Ano	Compromissos	Despesas	Compromissos	Contas
	Assumidos	Pagas	por Pagar	a pagar
2012	20.915.658,78	17.233.813,77	3.681.845,01	3.508.366,66
2013	20.426.634,75	17.899.342,80	2.527.291,95	1.595.036,78
2014	18.894.145,97	16.715.338,47	2.178.807,50	1.768.980,24
2015	18.217.407,33	16.951.581,87	1.265.825,46	556.107,76
2016	17.901.190,00	15.909.666,51	1.991.523,49	570.318,34
2017	19.194.697,42	16.921.355,10	2.273.342,32	1.734.166,87

Os compromissos resumidos em gráfico:

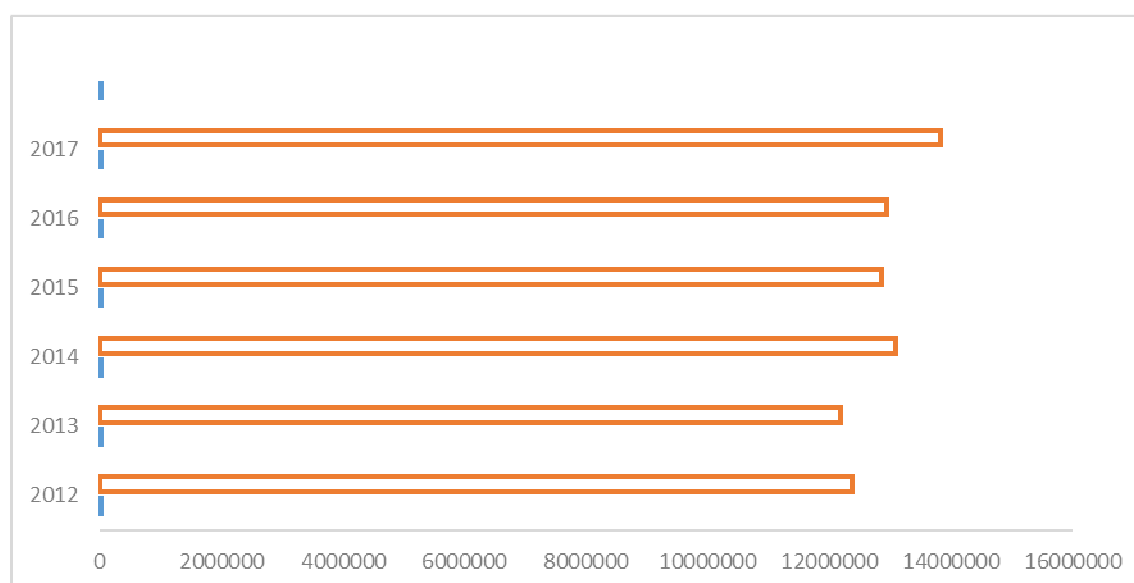


3.7. Despesas correntes

A despesa corrente tem mantido uma linha com pouca variação desde 2012, verificando-se uma subida de 2016 para 2017 na ordem dos 800 mil euros.

Essa evolução da despesa corrente do município demonstra-se no gráfico seguinte.

Evolução das Despesas Correntes



Estrutura da Despesa Corrente

Durante o ano 2017 foi na rubrica das transferências que se verificou o decréscimo de valor mais acentuado, em cerca de -112.478,04 euros. Ao contrário, as rubricas da despesa corrente de maior relevo positivo foram na aquisição de serviços logo seguida das outras despesas correntes, que somadas resultaram num aumento significativo aproximadamente de mais de 800.000 euros. Nas despesas com o pessoal e com os juros também se verificou um aumento em cerca de 175.000 euros.

Un: Euro

Designação	2016		2017		Variação 2017-2016	
	€	%	€	%	V. Absoluta	%
Despesas com o pessoal	6.216.251,50	48,04	6.353.911,82	45,94	137.660,32	2,21
Aquisição de bens e serviços	4.174.869,31	32,26	4.650.570,85	33,63	475.701,54	11,39
Aquisição de bens	1.123.363,82	8,68	1.290.201,86	9,33	166.838,04	14,85
Aquisição de serviços	3.051.505,49	23,58	3.360.368,99	24,30	308.863,50	10,12
Juros e outros encargos	12.501,89	0,10	49.733,88	0,36	37.231,99	297,81
Transferências	1.672.922,23	12,93	1.560.444,19	11,28	-112.478,04	-6,72
Administração local	460.650,96	3,56	405.975,41	2,94	-54.675,55	-11,87
Outras entidades	1.212.271,27	9,37	1.154.468,78	8,35	-57.802,49	-4,77
Outras despesas correntes	863.869,42	6,68	1.215.028,15	8,79	351.158,73	40,65
Total	12.940.414,35	100,00	13.829.688,89	100,00	889.274,54	6,87

As despesas com o pessoal e com as aquisições de bens e serviços que, no seu conjunto perfazem 79,57% do total das despesas correntes do presente orçamento.

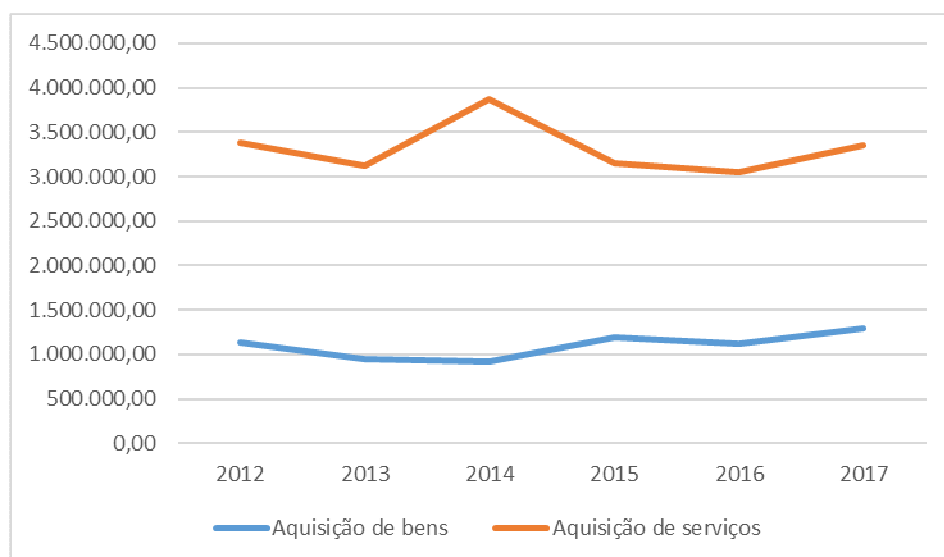
Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Remunerações certas e permanentes	4.974.000,72	4.749.858,61	4.737.938,68	4.679.209,48	4.565.776,91	4.621.737,54
Abonos variáveis ou eventuais	313.624,53	344.862,62	277.400,98	287.057,71	280.627,39	313.882,71
Segurança social	1.205.728,55	1.339.490,51	1.597.294,47	1.500.910,38	1.369.847,20	1.418.291,57
Total	6.493.353,80	6.434.211,74	6.612.634,13	6.467.177,57	6.216.251,50	6.353.911,82

Relativamente ao ano anterior, a despesa com “Remunerações Certas e Permanentes” e os “Abonos Variáveis ou Eventuais” e “Segurança Social”, sofreu um acréscimo, mas de pouco significado.

Un: Euro

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Aquisição de bens	1.137.753,43	947.507,61	922.345,82	1.193.679,31	1.123.363,82	1.290.201,86
Aquisição de serviços	3.382.222,65	3.119.674,93	3.874.767,17	3.151.076,90	3.051.505,49	3.360.368,99
Total	4.519.976,08	4.067.182,54	4.797.112,99	4.344.756,21	4.174.869,31	4.650.570,85



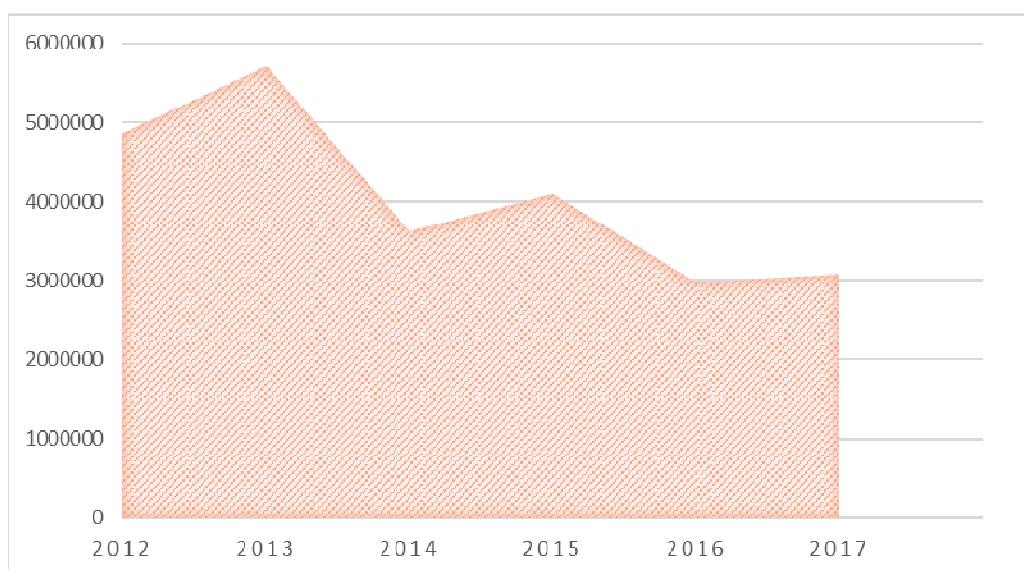
No gráfico a linha relativa à aquisição de bens apesar de sofrer um ligeiro acréscimo desde 2012, é em muito inferior à aquisição de serviços., no entanto qualquer das duas situações em 2017 aumentaram o seu valor de despesa.

3.8. Despesas de capital

Em 2017 as despesas de capital contabilizaram-se em 3.091.666,21 euros.

Apesar das grandes quedas das despesas de capital terem ocorrido nos anos 2013-2014 e 2015-2016, a diferença do ano transato para 2017 considera-se pouco significativa (-122.414,05€), situação bem visível no gráfico seguinte.

Evolução das Despesas Capital



Estrutura da Despesa de Capital

Em 2017 destinaram-se mais de 52,44% do valor total das despesas de capital (3.091.666,21 euros) às aquisições de bens de capital, logo seguidas de 33,95% às transferências de capital sendo os restantes 13,61 % distribuídos para os ativos, os passivos financeiros e as outras despesas de capital.

Un: Euro

Designação	2014		2015		2016		2017		Variação 2016-2017	
	Execução	%	Execução	%	Execução	%	Execução	%	Valor	%
Investimentos	2.312.537,70	63,75	1.937.472,71	47,27	1.415.935,98	47,69	1.621.369,56	52,44	205.433,58	6,64
Terrenos	13.322,61	0,37	35.066,19	0,86	0		25.574,31	0,83	25.574,31	0,83
Habitacões, edificios e outras construções	1.664.834,06	45,89	1.518.444,49	37,05	1.110.856,29	37,41	769.112,72	24,88	-341.743,57	-11,05
Material de transporte	102.294,37	2,82	17.198,54	0,42	71.579,44	2,41	32.595,01	1,05	-38.984,43	-1,26
Maquinaria e equipamento	319.561,10	8,81	94.041,23	2,29	152.469,59	5,14	258.113,98	8,35	105.644,39	3,42
Outros	212.525,56	5,86	272.722,26	6,65	81.030,66	2,73	535.973,54	17,34	454.942,88	14,72
Transferências	905.113,74	24,95	1.718.653,35	41,93	851.629,80	28,68	1.049.760,07	33,95	198.130,27	6,41
Administração local	195.267,07	5,38	284.743,45	6,95	315.123,25	10,61	523.967,44	16,95	208.844,19	6,76
Outras entidades	709.846,67	19,57	1.433.909,90	34,99	536.506,55	18,07	525.792,63	17,01	-10.713,92	-0,35
Locação Financeira					63.379,51	2,14	90.269,29	2,92	26.889,78	0,87
Ativos financeiros	5.272,62	0,15	122.828,00	3	122.828,00	4,14	126.877,00	4,10	4.049,00	0,13
Passivos financeiros	404.654,68	11,15	319.448,56	7,79	233.045,97	7,84	203.390,29	6,58	-29.655,68	-0,96
Outras despesas de capital	0	0	0	0	282.432,90	9,51	0,00	0	-282.432,90	-9,14
Total	3.627.578,74	100,0	4.098.402,62	100,0	2.969.252,16	100,0	3.091.666,21	100,0	122.414,05	

Neste quadro resumo podem avaliar-se as despesas de capital que cresceram relativamente a 2016, no entanto ficaram aquém dos valores de 2015.

Devem ser tidos em consideração os aumentos mais significativos, nomeadamente nos investimentos em maquinaria e equipamento e outros, logo seguidos da rubrica das transferências e por fim a locação financeira. Esta situação contrabalança com os decréscimos nomeadamente pela inexistência de outras despesas de capital e uma redução nos passivos financeiros.

3.9. Plano Plurianual de Investimentos

Em 2017 a execução do PPI finalizou quase com 52% de execução, tendo sido nas Outras Funções onde se verificou uma maior execução, logo seguidas das Funções Gerais e Funções Sociais. Só no final da tabela ficaram as Funções Económicas, ainda assim com uma taxa de 41,73% de execução.

Comparativamente a 2016 ocorreram trocas de lugar com relevância entre as Funções Económicas e as Funções Gerais.

Funções	Designação	2016			2017		
		Dotação Final	Execução	% Exec.	Dotação Final	Execução	% Exec
1.	FUNÇÕES GERAIS	1.051.941,20	447.988,57	42,59	593.477,87	518.177,11	87,31
1.1.	Serviços gerais da administração pública	982.441,20	380.450,53	38,73	460.903,83	385.603,07	83,66
1.2.	Segurança e ordem pública	69.500,00	67.538,04	97,18	132.574,04	132.574,04	100,00
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	3.239.750,33	1.600.794,87	49,41	2.225.764,14	1.272.731,83	57,18
2.1.	Educação	194.180,93	41.788,34	21,52	134.623,24	45.832,64	34,05
2.3.	Segurança e ação sociais	246.720,00	245.714,22	99,59	177.609,09	175.312,59	98,71
2.4.	Habitação e serviços coletivos	1.213.200,13	391.235,48	32,25	1.139.792,52	405.813,70	35,60
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.585.649,27	922.056,83	58,15	773.739,29	645.772,90	83,46
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	709.309,14	372.299,50	52,49	1.208.857,61	504.447,74	41,73
3.2.	Indústria e energia	24.961,39	23.887,67	95,70	0,00	0,00	0,00
3.3.	Transportes e comunicações	653.252,75	345.911,83	52,95	1.193.096,68	488.686,81	40,96
3.4.	Comércio e turismo	3.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.5.	Outras funções económicas	27.895,00	2.500,00	8,96	15.760,93	15.760,93	100,00
4.	OUTRAS FUNÇÕES	354.100,00	315.123,25	88,99	517.490,79	476.345,50	92,05
Total		5.355.100,67	2.736.206,19	51,10	4.545.590,41	2.771.702,18	51,76

O peso das funções no total da execução do PPI foi como se apresenta:

Un: Euro			
Funções	Designação	Execução	%
1	FUNÇÕES GERAIS	518.177,11	18,70
2	FUNÇÕES SOCIAIS	1.272.731,83	45,92
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	504.447,74	18,20
4	OUTRAS FUNÇÕES	476.345,50	17,19
Total		2.771.702,18	100

3.10 – Contratação Administrativa

Em anexo ao presente Relatório pode ser consultado o mapa demonstrativo da contratação.

3.11 – Transferências e Subsídios

Em anexo poderão verificar-se os mapas relativos a transferências e subsídios do ano 2017.

3.12 – Aplicação de ativos de rendimento fixo e variável

Não existem

3.13 – Endividamento líquido

O mapa de empréstimos a médio e longo prazo faz parte integrante dos documentos da conta.

No quadro seguinte apresenta-se o quadro com o cálculo do limite da dívida orçamental para 2017 ao abrigo das novas regras estabelecidas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI).

Limite de dívida orçamental

Un: Euro

Designação	2014	2015	2016	2017
Receita corrente líquida	14 911 931 €	15 073 871 €	15 809 055 €	15 809 055 €
Média receita (2014/15/16)				15 264 952 €
Média receita (2015/16/17)				15 563 994 €
Limite da dívida total a 31/12/2017				22 897 428 €
Limite da dívida total a 01/01/2018				23 345 990 €
<u>Dívida total</u>				
22				426 871 €
23				1 115 298 €
24				306 547 €
26				1 958 136 €
soma				3 806 852 €
Operações de tesouraria				363 788 €
Fundo de Apoio Municipal				491 314 €
Dívida que releva				2 951 751 €
Margem de endividamento a 31-12-2017				19 945 678 €
CM Cargem utilizável a 31/12/2017				3 989 136 €
Margem de endividamento a 01-01-2018				20 394 240 €
CM Cargem utilizável a 01-01-2018				4 078 848 €

O quadro acima apresenta o cálculo da capacidade de endividamento do Município, situando-se esta no final de 2017 em 22.897.428 euros a que correspondia uma margem utilizável de 3.989.136 euros.

Dado que o limite da dívida é calculado em função da média da receita corrente líquida dos 3 exercícios anteriores a situação financeira evidencia que o município inicia o exercício de 2018 com uma dívida de apenas 12,6% da média da receita corrente líquida do triénio 2015/2017, significando isto que tem uma margem de endividamento de 20,394 milhões de euros e dos quais pode utilizar no próximo exercício o montante de 4,079 milhões de euros, situação que evidencia uma saúde financeira bastante forte.

3.14 – Pagamentos em atraso

Nos resumos dos pagamentos em atraso verifica-se que desde 31/dezembro/2014 o Município passou para a situação de “inexistência de pagamentos em atraso”, que se tem mantido no decorrer destes 3 anos.

Para tal, os prazos de pagamento aos seus fornecedores foram ajustados por força da LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, exigindo em alguns momentos um esforço financeiro adicional.

Esta situação pode ser comprovada no quadro seguinte bem como no mapa dos pagamentos em atraso anexo ao presente relatório.

Un: Euro

Pagamentos em Atraso em 2012		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	2.802,02	2.802,02	0,00	0,00	206,04	68,68	274,72
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	556.627,95	556.627,95	7.641,75	185.111,11	30.180,06	77.603,28	300.536,20
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	1.444,92	1.444,92				220,22	220,22
CE04	Transferências correntes	23.042,31	23.042,31	0,00	2.134,00	1.985,18	0,00	4.119,18
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	8.355,03	8.355,03	137,76	0,68	106,16	3.518,73	3.763,33
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	2.903.108,74	2.903.108,74	126.265,10	285.502,88	40.174,14	368.756,63	820.698,75
CE08	Transferências de capital	13.015,69	12.985,69	0,00	524,62	655,00	0,00	1.179,62
Total		3.508.396,66	3.508.366,66	134.044,61	473.273,29	73.306,58	450.167,54	1.130.792,02

Pagamentos em Atraso em 2013		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	7.724,19	7.724,19	0,00	0,00	0,00	6.174,19	6.174,19
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	803.497,71	803.497,71	11.992,51	653,13	35,61		12.681,25
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	23,32	23,32					0,00
CE04	Transferências Correntes	32.550,34	32.550,34	1.800,00	2.720,40	1.584,69	0,00	6.105,09
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	4.242,46	4.242,46					0,00
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	1.402.873,42	722.578,13	31.306,37	15.682,50	3.810,77	129.793,63	180.593,27
CE08	Transferências de capital	24.420,63	24.420,63	0,00	905,29	0,00	0,00	905,29
Total		2.275.332,07	1.595.036,78	45.098,88	19.961,32	5.431,07	135.967,82	206.459,09

Pagamentos em Atraso em 2014		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	83.955,90	3.657,07					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	638.305,25	638.305,25					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	64.661,87	64.661,87					
CE04	Transferências Correntes	38.630,40	38.630,40					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	84.624,58	84.624,58					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	1.159.585,51	539.407,70					
CE08	Transferências de capital	399.693,37	399.693,37					
Total		2.469.456,88	1.768.980,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pagamentos em Atraso em 2015		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	3.824,74	3.824,74					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	352.673,52	352.673,52					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	35.743,79	35.743,79					
CE04	Transferências Correntes	5.917,30	5.917,30					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	41.392,42	41.392,42					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	708.536,34	88.358,53					
CE08	Transferências de capital	28.197,46	28.197,46					
Total		1.176.285,57	556.107,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pagamentos em Atraso em 2016		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	2.388,95	2.388,95					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	214.938,76	214.938,76					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	37.174,05	37.174,05					
CE04	Transferências Correntes	13.575,04	13.575,04					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	105.844,95	105.844,95					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	714.650,04	183.403,60					
CE08	Transferências de capital	12.992,99	12.992,99					
Total		1.101.564,78	570.318,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Pagamentos em Atraso em 2017		Passivo	Contas a Pagar	91-120 dias	121-240 dias	241-360 dias	+360dias	Total
CE01	Despesas com pessoal	2.511,99	2.511,99					
CE02	CE02 - Aq. Bens e serviços correntes	259.564,91	259.564,91					
CE03	CE03 - Juros e outros encargos	10,96	10,96					
CE04	Transferências Correntes	0,00	0,00					
CE06	CE06 - Outras despesas correntes	73.312,08	73.312,08					
CE07	CE07 - Aq. Bens e serviços de capital	891.909,40	360.662,96					
CE08	Transferências de capital	59.263,80	59.263,80					
Total		1.286.573,14	755.326,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4 – Evolução da situação Financeira e Económica

4.1 – Evolução da Estrutura – Análise do Balanço

No que diz respeito ao Balanço há que considerar a evolução registada ao nível do ativo líquido que tem a ver com a inclusão de parte significativa do património nos termos já referidos no ponto 1.6 do presente relatório.

CÓDIGO	DAS	CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
				N			N-1
				AB	A/P	AL	AL
			Imobilizado:				
			Bens de domínio público				
451			Terrenos e recursos naturais	138 888,56 €	- €	138 888,56 €	35 064,19 €
452			Edifícios	- €	- €	- €	- €
453			Outras construções e infra-estruturas	72 637 447,50 €	61 663 589,52 €	10 973 857,98 €	12 778 629,55 €
455			Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	66 349,13 €	- €	66 349,13 €	66 349,13 €
459			Outros bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
445			Imobilizações em curso	1 198 626,77 €	- €	1 198 626,77 €	1 256 736,79 €
446			Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €	- €	- €	- €
				74 041 311,96 €	61 663 589,52 €	12 377 722,44 €	14 136 779,66 €
			Imobilizações incorpóreas				
431			Despesas de instalação	97 170,00 €	62 730,00 €	34 440,00 €	53 874,00 €
432			Despesas de investigação e de desenvolvimento	13 196,08 €	4 733,68 €	8 462,40 €	- €
433			Propriedade industrial e outros direitos	381 450,30 €	381 322,38 €	127,92 €	2 994,12 €
443			Imobilizações em curso	281 975,05 €	- €	281 975,05 €	68 019,00 €
449			Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €	- €	- €
439			Outras Imobilizações Incorpóreas	- €	- €	- €	- €
				773 791,43 €	448 786,06 €	325 005,37 €	124 887,12 €
			Imobilizações corpóreas				
421			Terrenos e recursos naturais	14 756 430,49 €	- €	14 756 430,49 €	14 620 773,83 €
422			Edifícios e outras construções	30 798 518,38 €	12 795 526,75 €	18 002 991,63 €	17 562 600,28 €
423			Equipamento básico	2 881 058,40 €	2 190 412,57 €	690 645,83 €	197 199,17 €
424			Equipamento de transporte	3 023 888,79 €	2 577 819,54 €	446 069,25 €	486 733,96 €
425			Ferramentas e utensílios	219 744,21 €	198 341,79 €	21 402,42 €	5 432,81 €
426			Equipamento administrativo	2 882 413,33 €	2 694 683,45 €	187 729,88 €	167 051,67 €
427			Taras e vasilhame	- €	- €	- €	- €
429			Outras imobilizações corpóreas	166 565,44 €	127 651,38 €	38 914,06 €	16 534,68 €
442			Imobilizações em curso	583 999,86 €	- €	583 999,86 €	1 477 213,92 €
448			Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	- €	- €	- €	- €
				55 312 618,90 €	20 584 435,48 €	34 728 183,42 €	34 533 540,32 €
			Investimentos financeiros				
411			Partes de capital	- €	- €	- €	- €
412			Obrigações e títulos de participação	859 797,72 €	- €	859 797,72 €	859 797,72 €
414			Investimentos em imóveis	- €	- €	- €	- €
415			Outras aplicações financeiras	- €	- €	- €	- €
441			Imobilizações em curso	- €	- €	- €	- €
447			Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €
				859 797,72 €	- €	859 797,72 €	859 797,72 €
			Circulante:				
			Existências:				
36			Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	278 618,31 €	109 776,64 €	168 841,67 €	284 148,22 €
35			Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €
34			Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €
33			Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €
32			Mercadorias	- €	- €	- €	- €
37			Adiantamentos por conta de compras	- €	- €	- €	- €
				278 618,31 €	109 776,64 €	168 841,67 €	284 148,22 €
			Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282			Empréstimos concedidos de m/l prazo	- €	- €	- €	- €
				- €	- €	- €	- €

	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	19 474,73 €	13 822,55 €	5 652,18 €	16 742,41 €
211	Clientes c/c	113 449,18 €	- €	113 449,18 €	63 322,22 €
212	Contribuintes c/c	22 363,10 €	- €	22 363,10 €	11 860,10 €
213	Utentes c/c	22 995,32 €	- €	22 995,32 €	32 288,13 €
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	343 114,90 €	337 114,90 €	6 000,00 €	14 472,63 €
251	Devedores pela execução do orçamento	- €	- €	- €	- €
229	Adiantamentos a fornecedores	- €	- €	- €	- €
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	- €	- €	- €	- €
24	Estado e outros entes públicos	4 970,11 €	- €	4 970,11 €	16 174,79 €
264	Administração autárquica	- €	- €	- €	- €
262+263+26	Outros devedores	388 798,39 €	291 329,10 €	97 469,29 €	80 354,62 €
		915 165,73 €	642 266,55 €	272 899,18 €	235 214,90 €
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	- €	- €	- €	- €
152	Obrigações e títulos de participação	- €	- €	- €	- €
153	Títulos de dívida pública	- €	- €	- €	- €
159	Outros títulos	- €	- €	- €	- €
18	Outras aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
		- €	- €	- €	- €
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	3 008 134,67 €	- €	3 008 134,67 €	2 769 241,26 €
11	Caixa	6 079,32 €	- €	6 079,32 €	12 076,94 €
		3 014 213,99 €	- €	3 014 213,99 €	2 781 318,20 €
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1 458 213,82 €	- €	1 458 213,82 €	339 448,50 €
272	Custos diferidos	49 912,46 €	- €	49 912,46 €	350,00 €
		1 508 126,28 €	- €	1 508 126,28 €	339 798,50 €
		136 703 644,32 €	83 448 854,25 €	53 254 790,07 €	53 295 484,64 €

CÓDIGO				EXERCÍCIOS	
DAS					
CONTAS	PASSIVO			N	N-1
	Fundos próprios:				
51	Património			99 506 607,49 €	99 506 607,49 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas			- €	- €
56	Reservas de reavaliação			- €	- €
	Reservas:			- €	- €
571	Reservas legais			1 408 054,74 €	1 408 054,74 €
572	Reservas estatutárias			- €	90 648,26 €
573	Reservas contratuais			- €	- €
574	Reservas livres			1 408 054,74 €	1 317 406,48 €
575	Subsídios			- €	- €
576	Doações			11 657,00 €	9 557,00 €
577	Reservas decorrentes de transferências de activos			- €	- €
59	Resultados transitados			- 62 517 389,85 €	- 63 280 440,43 €
88	Resultado líquido em exercício			- 1 520 337,81 €	- 1 029 492,66 €
				38 296 646,31 €	38 022 340,88 €
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos			200 000,00 €	200 000,00 €
				200 000,00 €	200 000,00 €
	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZOS				
2312	Empréstimo de médio e longo prazo			941 976,91 €	1 115 298,28 €
2613	Fornecedores Leasing			34 523,53 €	176 661,27 €
26121	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros			- €	- €
26812061	Credores diversos - FAM			368 484,72 €	491 313,72 €
				1 344 985,16 €	1 783 273,27 €
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo				
23122	Empréstimos mlp COMP. de curto prazo			173 321,37 €	203 390,29 €
269	Adiantamentos por conta de vendas			- €	- €
221	Fornecedores c/c			43 970,96 €	32 076,97 €
26132	Fornecedores Leasing comp CP			67 761,90 €	- €
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência			706 048,74 €	501 371,15 €
252	Credores pela execução do orçamento			- €	- €
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			- €	- €
2611	Fornecedores de imobilizado c/c			535 653,44 €	567 652,34 €
2614	Fornecedores de imobilizado - Factoring			- €	- €
262+263+264	Outros credores			- €	- €
24	Estado e outros entes públicos			306 547,35 €	178 519,82 €
264	Administração autárquica			- €	- €
217+262+264	Outros credores			628 562,94 €	658 536,55 €
				2 461 866,70 €	2 141 547,12 €
	Acréscimos e diferimentos:				
273	Acréscimos de custos			996 915,87 €	860 875,55 €
274	Proveitos diferidos			9 954 376,03 €	10 287 447,82 €
				10 951 291,90 €	11 148 323,37 €
				14 958 143,76 €	15 273 143,76 €
				53 254 790,07 €	53 295 484,64 €
				- €	- €

5 - Aplicação de resultados

O resultado líquido apurado no decorrer do exercício de 2017 ascende ao montante negativo de 1.520.337,81 euros.

O resultado líquido negativo demonstra que o financiamento das autarquias não é suficiente para manter o nível de usufruto dos bens públicos. Este resultado constitui uma situação tendencialmente normal face ao peso das amortizações na estrutura de custos, pois o grande volume das amortizações é respeitante a equipamentos públicos, que não geram proveitos diretos, e os proveitos indiretos do Fundo de Financiamento das Autarquias não permitem arrecadar o suficiente para o nível legal das amortizações. Não obstante, é estratégia do Município o contínuo investimento no Serviço Público.

O Vice Presidente

António Pinetra

Abril 2018

